

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU***

**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**PATRICIA RODRIGUES DA SILVA**

**POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL: A “SEVERINIDADE” DA VIDA  
BRASILEIRA**

---

**São Paulo**

**2015**

**PATRICIA RODRIGUES DA SILVA POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL: A “SEVERINIDADE” DA VIDA BRASILEIRA - 2015**

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**PATRICIA RODRIGUES DA SILVA**

**POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL: A “SEVERINIDADE” DA VIDA**

**BRASILEIRA**

Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo como requisito parcial para aprovação no curso de Pós-Graduação Lato Sensu “Legislativo e Democracia no Brasil”

Orientador: Alexandre Abdal Cunha

São Paulo

2015

**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO**

**ESCOLA DO PARLAMENTO**

**PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU**

**“LEGISLATIVO E DEMOCRACIA NO BRASIL”**

**PATRICIA RODRIGUES DA SILVA**

**POBREZA E POBREZA MULTIDIMENSIONAL: A “SEVERINIDADE” DA VIDA**

**BRASILEIRA**

Média da avaliação da banca examinadora.

Nota Final: .....

São Paulo, ..... de ..... de 2015.

---

**ORIENTADOR: Alendre Abdal Cunha**

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor, orientador e amigo Alexandre Abdal Cunha, pela extensa troca de informações, experiência e conhecimento ao longo de todo o curso e no processo de orientação. Aos amigos e amigas de turma a quem quero agradecer toda a convivência e aprendizado. À Câmara Municipal pela oportunidade de poder cursar essa pós-graduação, aos professores e professora do curso que deram grandes e valiosas contribuições.

À Marília Buonavita, Pamella Migliolli, Rosângela Correia Souza, André Guilherme, Thiago Roberto Martins Pressi, Alan Cunha e Jordano Roma, pela amizade e compartilhamento de momentos valiosos ao longo desse curso e que foram essenciais para o desenvolvimento e conclusão dessa monografia. Ao meu Professor de vida Jorge Miklos e a querida Viviane Alves pela dedicação, carinho e paciência. Ao Silvio Ornelas e Edileuza Silva Santos, por todo o carinho, dedicação e amizade e conforto nas horas de cansaço, irritação e ausência de vontade, para que esse trabalho fosse finalizado.

À Anna Carolina de Souza Dias e Preta Pretinha (Wilma Ribeiro), Flávia Annenberg, Juliana Moura Bueno e Maia Aguilera que demonstram todos os dias o valor da confiança, da solidariedade, do feminismo e da capacidade que temos de construir uma sociedade pautada na igualdade, obrigada pela escuta e paciência toda vez que eu tratava do tema desenvolvido nesse trabalho e fazia cara de desespero com receio do que iria entregar, enquanto vocês me diziam vai dar tudo certo.

Meu agradecimento ao David Martim (Karai Popygua) a quem tão pouco tempo de convivência tem ensinado o valor do aprendizado, do silêncio, da escuta e do sentido que tem algumas lutas históricas contra as injustiças e as desigualdades. Tornar-se consciente a cada dia de quem está nessa luta e do valor que ela representa me serviram de inspiração para realizar o presente trabalho.

[...] devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. (MARX, 1848)

## RESUMO

Resumo: A pobreza certamente é um problema relevante e de preocupação da agenda das políticas públicas, em âmbito nacional e internacional. Na primeira metade da década de 2000 as caracterizações e a construção de programas que buscaram reduzi-la ou erradicá-la tiveram como princípio norteador a produção de índices e medidas escalares que tomaram como base a pobreza como elemento de insuficiência de renda, ganhando destaque nesse sentido a construção do Objetivo do Milênio de número 1 no âmbito do Programa das Nações Unidas-PNUD da Organização das Nações Unidas –ONU, que serviram de base para a consolidação de cortes da pobreza na formulação de Programas de Transferência de Renda, como no caso Brasileiro do Bolsa Escola em 2000 no governo Fernando Henrique e em 2003 da criação do Programa Bolsa Família no governo Lula. Com efeito, os limites da caracterização da pobreza como fator exclusivo de insuficiência de renda tiveram muita relevância nas décadas de 1970,1980 e 1990, tanto na Europa como na América Latina. E recentemente vem ganhando força a ideia de que é necessário considerar outras dimensões da pobreza além do fator de renda caracterizando-a como pobreza multidimensional, que leve em conta fatores como acesso a serviços, educação, saúde, moradia para a criação de outras medidas escalares e indicadores de pobreza.

Palavras-chave: Pobreza, Pobreza Extrema, Pobreza Multidimensional, Transferência de Renda

## ABSTRACT

Abstract: Poverty is certainly a major problem and concern of the agenda of public policies at the national and international levels. In the first half of the 2000s the characterizations and the construction of programs that sought to reduce it or eradicate it had as a principle guiding the production rates and scalar measures were based on poverty as insufficient income element, gaining prominence in this towards the construction of the n° 1 Millennium Development Goal within the Programme of the United Nations-UNDP United Nations-ONU, which formed the basis for the consolidation of poverty cuts in formulating Cash Transfer Programs, as in the case Brazil's Bolsa Escola in 2000 the government of Fernando Henrique and in 2003 the creation of the Bolsa Família Program in the Lula government. Indeed, the limits of characterization of poverty as a unique factor of insufficient income had much relevance in the decades of 1970.1980 and 1990, both in Europe and in Latin America. And, recently it has been gaining strength the idea that it is necessary to consider other dimensions of poverty beyond the income factor characterizing it as multidimensional poverty that takes into account factors such as access to services, education, health, housing for creating other scalar measures and poverty indicators.

Keywords: Poverty, Extreme Poverty, Multidimensional Poverty , Income Transfer



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Número de famílias beneficiadas pelo Programa Bolsa Família – PBF

## LISTA DE SIGLAS

FIDA – Fundo Internacioan de Desenvolvimento Agrícola

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ODM – Objetivos do Milênio

ONU – Organização das Nações Unidas

PBE – Programa Bolsa Escola

PBF – Programa Bolsa Família

PGRM – Programa de Garantia de Renda Mínima

PMA – Programa Mundial de Alimentos

PNUD – Programa das Nações Unidas

PRAF - Programa de Auxílio a Família

Progesa – Programa de Educação, Saúde e Alimentação

## DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE AUTORAL E AUTORIZAÇÃO DE PUBLICAÇÃO.

Eu, Patricia Rodrigues da Silva, declaro ser o autor desta Monografia apresentada à Escola do Parlamento da Câmara Municipal de São Paulo para o Curso de Pós-Graduação “Legislativo e Democracia no Brasil” e que qualquer assistência recebida em sua preparação está divulgada no interior da mesma. Declaro também que citei todas as fontes das quais obtive dados, ideias ou palavras, usando diretamente aspas (“ “) ou parafrazeando, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravações ou quaisquer outros tipos. Declaro por fim, que este trabalho poderá ser publicado por órgãos de interesse público. Declaro que o presente trabalho está de acordo com a Lei 5988 de 14/12/1973, Lei de proteção intelectual, e que recebi da Instituição, bem como de seus professores, a orientação correta para assim proceder. Em ambos os casos responsabilizo-me exclusivamente por quaisquer irregularidades.

São Paulo 03 de agosto de 2015.

---

Nome: Patricia Rodrigues da Silva

## Sumário

1.Introdução.....	1
1.1    Objetivos.....	2
1.2    Justificativa .....	3
1.3    Notas metodológicas.....	3
2. A pobreza na agenda das Políticas Públicas: Combate a pobreza na agenda internacional.....	5
2.1. Caracterizações do debate sobre a pobreza.....	8
3. A pobreza na agenda brasileira: Trajetória das Políticas de Transferência de renda no Brasil.....	16
3.1    O Programa Bolsa Família: renda e erradicação da pobreza.....	<b>Erro! Indicador não definido.</b> 6
4.    Pobreza e Pobreza Multidimensional: A “severinidade” da vida brasileira .....	24
5.    Considerações finais.....	28
Bibliografia	
Apêndice I	
Apêndice II	

## 1.Introdução

A pobreza como fator de preocupação social resultou em extenso debate acerca de programas que visassem combatê-las como no caso dos Objetivos do Milênio-ODM do Programa das Nações Unidas-PNUD da Organização das Nações Unidas-ONU, que destaca como meta primeira o objetivo de acabar com a fome e a miséria e “ reduzir pela metade, até 2015, a proporção da população com renda inferior a um dólar por dia e a proporção da população que sofre de fome” (ODM, 2000). A partir disso surgem inúmeras estratégias de intervenção estatal com o objetivo de reduzir e erradicar a pobreza, como no caso da América Latina de Programas como o Oportunidades no México, o Chile Solidário no Chile.

No caso brasileiro, podemos dizer que os programas de transferência de renda, com o propósito de combater a pobreza entram em discussão já segunda metade da década de 1990 com as experiências municipais de Programas de Garantia de Renda Mínima- PGRM, como o Bolsa Escola no Distrito Federal e o Renda Mínima em Campinas.

Na primeira metade da década de 2000, já no contexto de desenvolvimento dos Objetivos do Milênio-ODM, o Brasil inaugura o Programa Bolsa Escola-PBE, no governo Fernando Henrique, com o propósito de atacar o problema da pobreza e em 2003 com a criação do Programa Bolsa Família-PBF no primeiro mandato do Governo Lula.

O Programa Bolsa Família é um programa de transferência de renda condicionada, apontado como um dos principais responsáveis pelo fato de o Brasil ter atingido a meta de 75% da redução da pobreza extrema<sup>1</sup> entre os anos de 2003 e 2012.

---

<sup>1</sup> Conforme Banco Mundial a extrema pobreza corresponde a classificação do número de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 (dólar) ao dia.

No mesmo período, a pobreza foi reduzida em 65%, conforme aponta o relatório elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura da FAO (Food and Agriculture Organization), pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola-FIDA e pelo Programa Mundial de Alimentos -PMA. (FAO, 2014). O relatório, aponta que ainda existem 805 milhões de pessoas vivendo na pobreza, com menos de US\$ 1 dólar por dia, no mundo.

A presente pesquisa buscará reconstruir a trajetória de como o debate sobre a pobreza e suas dimensões entraram na agenda das políticas públicas no Brasil, bem como o de reconstruir a trajetória e o desenho institucional do Programa Bolsa-Família.

### **1.1 Objetivos**

A pesquisa tem foco o estudo do Programa Bolsa-Família -PBF, implementado a partir do primeiro mandato do governo Lula em 2003 como estratégia de redução ou diminuição da extrema pobreza e pobreza. O objetivo mais geral dessa pesquisa qualitativa diz respeito a construção da agenda e trajetória das políticas de transferência de renda no Brasil como propósito de combater ou erradicar a pobreza e extrema pobreza.

Os objetivos mais específicos encontram-se na produção de uma análise crítica acerca da utilização de índices que medem a pobreza e a pobreza extrema somente como um fator de insuficiência de renda. Procurou-se estudar em que medida o PBF cumpre com o objetivo de reduzir a pobreza ou extrema pobreza a partir da problematização proposta sobre as conceituações entorno da pobreza, buscando verificar de que modo a distinção entre extrema pobreza e pobreza utilizada para a elaboração e aplicação do programa Bolsa Família precisa ser rediscutida.

Para os objetivos específicos desse trabalho foi considerando de que maneira a utilização pelo Programa Bolsa Família- PBF do índice que calcula e determina o que é extrema pobreza, possui limites a estratégia de redução da pobreza no Brasil.

## **1.2. Justificativa**

O tema sobre políticas de combate a pobreza, ou o debate sobre a pobreza como problema social, tem relevância e peso no debate das agendas de políticas públicas de desenvolvimento, assistência social e mesmo como questão teórica acadêmica. As causas da pobreza, formas de combatê-la e erradicá-la, bem como suas consequências para o desenvolvimento econômico e social embora não guardem consensos conceituais, demonstram que debater e pensar soluções são fundamentais. Essa atualidade do tema, exige que se debata e que se busque contribuir acerca do debate de Políticas Públicas que visam a erradicação ou redução da pobreza e extrema pobreza.

Não menos importante, está a contribuição para o próprio curso acerca de que maneira a redução da pobreza, bem como os programas à ela relacionados, contribuem para as relações da democracia no Brasil, aspecto que se relaciona ao tema *latu sensu* do programa vigente nesse curso da Escola do Parlamento.

## **1.3 Notas Metodológicas**

Para realizar essa pesquisa foram empregadas técnicas qualitativas de análise documental, revisão e pesquisa bibliográfica sobre a temática abordada bem como, realizadas entrevistas abertas com participantes do processo de formulação das Políticas Públicas de Transferência de Renda Brasileira, no governo Fernando Henrique e no Governo Lula.

A metodologia abordada nessa pesquisa pretendeu, por meio das pesquisas bibliográficas traçar os objetivos exploratórios para uma análise reflexiva e crítica sobre o

objeto apresentado, sem a pretensão de esgotar o tema mas tão somente elucidar os objetivos aqui propostos na certeza que os mesmos ainda sim são limitados e passíveis de contestação e objeto de críticas posteriores sem o qual todo o trabalho científico perde sentido para tornar-se somente um teorema filosófico.



## **2. A pobreza na Agenda das Políticas Públicas: Combate à pobreza na agenda internacional.**

A formação de agendas nas políticas públicas resulta do momento em que problemas sociais emergem e tornam-se objetos de intervenção e ação governamental. Objetivando compreender melhor de que maneira a pobreza entrou na agenda das políticas públicas é preciso trazer à tona os debates realizados e retratar o percurso histórico que permitiu que a pobreza como problema governamental ganhasse força ao ponto de se tornar objeto extenso na formulação de políticas públicas que buscassem reduzi-la ou erradicá-la.

A preocupação com o tema da pobreza como um problema a ser combatido e um desafio a ser superado não é recente e traz diferentes concepções sobre o que é e a forma de combatê-la e reduzi-la.

Não é objetivo desse estudo, fazer uma análise comparativa de diferentes programas de transferência de renda, mas por meio da reconstrução institucional da agenda de combate à pobreza buscar compreender os limites desse debate. Nesse capítulo buscamos verificar a maneira como se formou de maneira mais contundente a agenda de Combate à pobreza em âmbito internacional, tomando como ponto de partida os Objetivos do Milênio – ODM.

A agenda internacional de combate à pobreza expressa-se com a formação de uma agenda pública em torno da Meta 1 dos Objetivos do Milênio que diz respeito à erradicação da extrema pobreza e a redução da fome<sup>2</sup>. Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio- ODMs, tem origem na Declaração do Milênio das Nações Unidas que foi adotado por 191 países no ano de 2000. Divididos em oito objetivos, para cada um deles foram definidos

---

<sup>2</sup> Ver: <http://www.pnud.org.br/odm1.aspx>

indicadores quantitativos que permitem o acompanhamento e alcance da meta proposta conforme o objetivo, a serem atingidas até o ano de 2015.

A discussão sobre a pobreza realizada na proposta da Meta 1 do ODMs, versa sobre o caráter de insuficiência de renda e para isso foi construído o indicador e o estabelecimento de corte daquilo que se considera como pobreza e extrema pobreza. Conforme a caracterização do Banco Mundial a extrema pobreza corresponde a classificação de pessoas que vivem com menos de US\$ 1 (dólar) ao dia. Tratar a pobreza como um fator de insuficiência de renda é uma das formas de se elaborar e produzir programas de desenvolvimento que visem combatê-la, por meio do alcance de metas quantitativas muito bem expressas e que permitem também um acompanhamento calcado na base de cálculos orçamentários governamentais.

De acordo com Cardoso e Negrão (2006):

As definições de pobreza construída com base em indicadores tipicamente econômicos (renda, ou outros indicadores padronizados para tal fim) servem para que agências internacionais e governos nacionais comparem diferentes realidades e momentos históricos, mas infelizmente são utilizadas para orientar políticas públicas mais comprometidas com a otimização da contabilidade governamental do que com o atendimento de necessidades ou com o respeito às estratégias de sobrevivência das populações mais vulneráveis. (CARDOSO E NEGRÃO, 2006, p. 97)

Em que pese haver um debate acerca do fato de que a pobreza não é só um fator de insuficiência de renda e de que “o aumento da pobreza nos países em desenvolvimento não depende apenas de questões econômicas” (CARDOSO E NEGRÃO, 2006) o que subsidiou a formulação da meta de redução da pobreza no âmbito da PNUD foi a padronização de um índice de renda capaz de definir para os países uma meta de superação da pobreza, no qual está baseado o Programa Bolsa Família –PBF, no Brasil.

O debate que baseia a pobreza como fator multidimensional parece muitas vezes ficar de fora na hora da formulação de índices e indicadores dos atuais programas de transferência de renda no Brasil ou programas de combate à pobreza em âmbito internacional, embora haja extensa literatura sobre pobreza multidimensional e possibilidade de criação de indicadores a partir das considerações sobre pobreza multidimensional.

Conforme aponta Barros, Carvalho e Franco (2006):

Essa predominância da insuficiência de renda se deve ao menos a dois fatores. Em primeiro lugar está o fato de que as medidas de pobreza baseadas na insuficiência de renda são naturalmente escalares. Em segundo, como é comum que as famílias acessem os bens e serviços que determinam o seu bem-estar através de mercados, e, para participar deles é preciso que tenham recursos monetários, segue-se que a insuficiência de renda acaba sendo um dos principais determinantes da carência das famílias e, portanto, um forte candidato escalar para medir a pobreza. (BARROS, CARVALHO E FRANCO, 2006, p.7)

Parece haver um casamento próprio entre os objetivos de redução da pobreza, objetivos econômicos e de desenvolvimento associados à índices de mensuração da pobreza baseados na insuficiência de renda, disso deriva a importância de desenharmos melhor os debates conceituais sobre a pobreza.

Compete ressaltar que na América Latina, os primeiros programas de transferência de renda surgiram já na década de 1980 e 1990, ainda fora da esteira do debate dos Objetivos do Milênio, como por exemplo o Programa de Educação, Saúde e Alimentação – Progresá no México em 1998 ou mesmo o Programa de Auxílio a Família- PRAF em Honduras no ano de 1997. Porém é a partir dos anos 2000 que esses programas se ampliam para quase todos os países da América Latina, guardando relação com a agenda iniciada com o ODM para superação e erradicação da fome e da extrema pobreza.

## 1.2. Caracterizações do debate sobre a pobreza.

Seja vista como empecilho ao desenvolvimento, como dilema assistencial e econômico, como fator de exclusão e de fome, como fenômeno de desagregação e patologia, relacionada à marginalidade ou à carência, a pobreza é tema de preocupação de vasta literatura assim como de estudos e programas que visam combatê-la. Sobre a conceituação e caracterizações que o debate da pobreza ganhou no mundo moderno e ao longo do desenvolvimento do capitalismo, é válido notar que as formulações e a maneira como a pobreza foi tratada na agenda de diferentes países foi diversa e atendeu objetivos e interesses distintos.

Para que possamos estabelecer melhor a partir de quais características a agenda da pobreza é colocada no Brasil e a partir de que concepção a mesma foi formada é preciso compreender de modo geral quais são essas caracterizações e em relação a qual mais especificamente tomou-se como opção para a formulação dos programas de transferência de renda ou de renda mínima, sobretudo no Brasil. Traçar esse histórico, portanto permite a identificação de quais os temas que influíram no debate da Agenda de Redução da Pobreza, bem como de que maneira orientaram a ação e as políticas públicas no sentido de definir estratégias para redução ou superação da pobreza.

Nessa seção buscaremos definir em linhas gerais as caracterizações sobre a pobreza, bem como as diferentes formas e concepções de como a pobreza foi encarada, na agenda das políticas públicas da Europa e América Latina.

De modo mais geral podemos dizer que a pobreza na agenda das políticas de transferência de renda, no contexto internacional foi tratada como falta de renda e de modo mais específico como um estado de carência e dificuldade em suprir necessidades básicas. Contudo nem sempre foi assim, e há linhas de cortes históricos que nos permitem visualizar a

partir de que momento o objetivo em reduzir a pobreza entra como uma agenda de definição escalar da mesma a partir da caracterização da mesma como um problema de insuficiência de renda.

Partimos do pressuposto de que a agenda e debate sobre a pobreza se constituiu como problema e problemática social, como um fenômeno de características do desenvolvimento urbano, da rápida expansão econômica e das desigualdades definidas a partir do modo de produção capitalista.

Conforme Lavinias (2003)

A pobreza institui-se como questão social, tanto na Europa quanto na América Latina, apesar da evidente defasagem no tempo, concomitantemente ao surgimento das grandes cidades, quando as condições extremamente precárias das populações recém-chegadas do campo inspiravam preocupação e receio, suscitando intervenções do setor público em prol da instituição de uma nova ordem social (LAVINAS, 2003, p.25)

O crescente desenvolvimento das sociedades modernas, o fenômeno da urbanização e o desenvolvimento do capitalismo moderno colocariam o fenômeno da pobreza não só como uma questão social mas também como um fenômeno urbano uma vez que a maioria dos pobres segundo a autora vive nas cidades e porque a “reprodução da pobreza é mediada pela reprodução do modo urbano das condições de vida, através da dinâmica do mercado de trabalho, da natureza do sistema de proteção social e do pacto de coesão social [...]”. (LAVINAS, 2003.p. 26).

A concepção mais comumente difundida da pobreza como insuficiência de renda e que podemos ver refletida no tratamento atual da pobreza dado pelo Programa das Nações

Unidas - PNUD e no qual os países integrantes dos Objetivos do Milênio – ODM se baseiam, contrapõe a conceituação “vigente desde o século XIX na Inglaterra, assentada num elenco hierarquizado de prioridades, a começar pelo direito de subsistência.” (LAVINAS, 2003). Nessa caracterização, reconhecida como ‘vertente nutricionista’, está o fato de que o fenômeno da pobreza se deve à ausência de um padrão de subsistência mínimo. No entanto, a subsistência como um problema de existência da pobreza não é fato dado, senão que exigiria a criação de consensos sociais, culturais e políticos em relação daquilo que se pode definir por padrão de subsistência mínimo em cada sociedade. Mas de maneira geral a corrente nutricionista foi se afirmando a da formulação de que o núcleo central do padrão de subsistência mínimo se define por meio de necessidades de sobrevivência física, dentre os quais o da fome e capacidade de poder comer são as mais fundamentais.

Poderíamos supor que há leve relação dessa corrente com aquilo que está previsto na meta 1 do ODM que se define como meta de superação da pobreza e da fome. O problema parece estar no fato de que a meta 1 não relaciona diretamente a pobreza à fome, na verdade aparece como dois fenômenos, pobreza e fome, com os quais a política pública deve tratar, porém ambos derivados da insuficiência de renda.

A partir da problematização do padrão de subsistência e atendimento das necessidades mínimas podemos dizer que se formou outra corrente de pensamento que situa o problema da pobreza na ausência de capacidades e que surge a partir do questionamento sobre a definição do que são necessidades básicas. Está ancorada na noção de que não basta ter necessidades básicas atendidas, mas também na importância de dispor de meios para satisfação dessas necessidades.

Um dos expoentes dessa vertente é Amartya Sen e podemos mesmo afirmar que suas formulações ao buscarem tratar a pobreza como meios e capacidade de que dispõe para

superá-la também introduziu forte elemento questionador acerca da abordagem da pobreza como fator de insuficiência de renda caracterizada em programas que se estabelecem a partir da adoção de linha da pobreza.

Ainda, conforme Lavinás (2003) o fator importante dessa vertente está na consideração de que:

Ao invés de se deter sobre o orçamento monetário disponível, Sen valoriza o conjunto de funcionamentos e capacidades ao alcance de cada indivíduo, conjunto esse que lhe permite escolher livremente o modo de vida de sua preferência. (LAVINAS, 2006, p. 31-32)

Determinada concepção, distanciaria o autor de uma abordagem somente quantitativa do entendimento sobre a pobreza, relacionando-a às questões mais qualitativas como limitação da liberdade, da convivência social e dilema a ser enfrentado.

A pobreza também foi tratada como fator relacional nas concepções do sociólogo George Simmel e como constructo social na medida em que determinada sociedade classifica e hierarquiza as diferenças, tornando-as um fato de desigualdade ou mesmo de pobreza.

“Os pobres enquanto categoria social, não são aqueles que sofrem déficits ou privações específicas, mas o que recebem assistência ou deveriam recebê-las, em conformidade com as regras sociais existentes. Por isso mesmo, a pobreza não pode ser definida como um estado quantitativo em si mesmo, mas tão somente a partir da reação social que resulta dessa situação específica (SIMMEL, 1998, p. 96, APUD LAVINAS, 2003 p. 32)

Isso significa que como caráter relacional e de reação social a pobreza assim definida só se configura como fenômeno no momento em que não os indivíduos não podem dispor dos meios necessários de suprir determinadas necessidades baseadas naquilo que uma sociedade considera o que são essas necessidades.

O avanço do debate sobre a pobreza e as caracterizações em torno da mesma foram tratadas na Europa e na América Latina de modo distintos, podendo serem identificadas ao menos três grandes correntes que definiram modelos de evolução da agenda de combate à pobreza e que contribuíram na definição de estratégias para lidar com a mesma.

Em 1960, pode-se dizer que de maneira geral, imperava o conceito de pobreza relacionado “a necessidades insatisfeitas, carência e padrão mínimos de condições de vida”, (LAVINAS, 2003) e que podemos dizer está ancorada na noção de pobreza como fator absoluto. Para Freitas (2010):

A pobreza absoluta trata-se de um conceito normativo, que presume a possibilidade prática de definir o limiar da pobreza por critérios de base científica. Este tipo de pobreza absoluta baseia-se num conjunto de necessidades básicas tendo em conta várias dimensões inerentes à noção de recursos (rendimentos, bens de capital)” (FREITAS, 2010, p. 6).

Em 1970 passa a vigorar o conceito de pobreza relativa, sendo que “a pobreza relativa relaciona essa situação com os padrões sociais em geral, ou seja, com o tipo de sociedade em que o indivíduo está inserido” (FREITAS, 2010) e “não está baseado exclusivamente no déficit de renda, mas também na abordagem a partir do acesso à bens e serviços “ (LAVINAS, 2006), baseando a pobreza numa relação de desigualdade e exclusão de acesso à recursos necessários para uma vida digna.

O reflexo desse debate pôde ser notado no fato de que na formação Comunidade Econômica Europeia- CEE, entre os anos de 1975 e 1994 foram elaborado uma série de programas que visavam o combate à pobreza e a exclusão como objetivos da política social. O Tratado de Amsterdã de 1999 reflete a agenda de combate a exclusão como objetivo do Estado, considerando a exclusão social como um objetivo da política social da CEE, conforme:



2. Para o efeito, o Conselho pode adoptar, por meio de directivas, prescrições mínimas progressivamente aplicáveis, tendo em conta as condições e as regulamentações técnicas existentes em cada um dos Estados-Membros. Essas directivas devem evitar impor disciplinas administrativas, financeiras e jurídicas contrárias à criação e desenvolvimento de pequenas e médias empresas. O Conselho deliberará nos termos do artigo 1899-B, após consulta ao Comité Económico e Social e ao Comité das Regiões. O Conselho, deliberando nos mesmos termos, pode adoptar medidas destinadas a fomentar a cooperação entre os Estados-Membros, através de iniciativas que tenham por objectivo melhorar os conhecimentos, desenvolver o intercâmbio de informações e de boas práticas, promover abordagens inovadoras e avaliar a experiência adquirida, a fim de combater a exclusão social (AMSTERDÃ, 1999, p. 42)

A formação da Comunidade Económica Europeia, combinada aos objetivos de combate à exclusão social, na Europa tornou-se função exclusiva do Estado, na formação do Estado de Bem-Estar Social com estratégia de combate a pobreza e com redefinição da arquitetura da proteção social, com consolidação de uma rede que desaguou em uma estratégia europeia comum de combate a pobreza, ainda que fosse de responsabilidade de governos locais o desenho, a definição e a formulação de programas que visavam atingir a erradicação da pobreza e que esses padrões estão calcados naquilo que cada sociedade entende como o padrão necessário de bem estar e a partir disso define um “combo” de políticas na perspectiva de lidar com a questão.

Segundo Lavinas (2003),

Quer se busque estimar a pobreza absoluta ou se adote um enfoque relativo, que trata do grau de desigualdade, a metodologia empregada apoia-se na elaboração de linhas de pobreza ou patamares de renda que separam o universo dos pobres dos não-pobres. Portanto, a linha de demarcação entre esses dois universos se dá com base na definição de níveis de carência, estipulados, por sua vez, com base

numa interpretação consensual de cada sociedade do que é seu padrão de bem-estar.  
(LAVINAS, 2003, p.36)

A inclusão da noção de exclusão em torno do debate permitiu tratar a pobreza como fenômeno multidimensional, o que não exclui a possibilidade de lidar com o fenômeno com medidas escalares que levem em consideração as diferentes dimensões da pobreza.

Segundo Lavinas (2003), “a evolução das categorias pobreza e exclusão parece ter seguido uma trajetória inversa” no caso da América Latina, em especial no Brasil, tendo entrado primeiramente como um problema de inserção ocupacional no mercado de trabalho, e àquele que não era trabalhador era tido como preguiçoso ou alguém que se recusava a trabalhar. Num segundo momento, já nas décadas de 1950 e 1960 a pobreza passa a ser debatida como um problema de exclusão daqueles que não faziam parte ou eram reconhecidos pelo sistema econômico como sujeitos de direitos e num terceiro momento já na década de 1970 a pobreza deixa de ser encarada como mera exclusão do mercado de trabalho mas sim como [...] “expressão de um certo tipo de vínculo, de uma inserção precária, débil, instável[...]” (LAVINAS, 2003).

Ainda podemos destacar que num quarto momento a pobreza no Brasil esteve associada à fome, de maneira muito parecida ou próxima das caracterizações destacadas no PNUD e ODM, com feito lá considerados como questões distintas e aqui diretamente associadas entre si e ao problema da desigualdade, porém desembocando em programas sócias que a continuaram considerando o fator de insuficiência de renda como causa primeira dessa condição, veja-se o debate realizado na década de 1980 em relação ao Fome Zero, ou de Transferências de Renda condicionadas como o caso do Bolsa-Alimentação, que creditavam a pobreza como fator associado ao problema da fome.

Até que ponto o debate da pobreza no Brasil, calcado em medidas escalares de insuficiência de renda, combinaram objetivos e metas capazes de serem atingidas com desempenho desejável para alcance da redução da pobreza no Brasil é uma questão importante. O questionamento acerca dos limites dos índices impostos pelo Banco Mundial e utilizado por países como o Brasil, México e Chile na constituição de programas de transferência de renda impõe o aprofundamento da maneira como a pobreza entra na agenda de formulação de programas de transferência de renda, nesses países e quais os resultados alcançados.

O que se pode observar é que mesmo havendo em algum nível a padronização do combate à pobreza no Brasil a partir da criação de medidas escalares de combate à pobreza com base em índices de insuficiência de renda no âmbito da construção de programas de combate e redução da pobreza, é que os mesmos a partir da década de 2000 estiveram estreitamente ligados em torno da consolidação quantitativa de redução da pobreza com base no índice internacional do PNUD e dos Objetivos do Milênio.

Nas próximas seções retrataremos o histórico das políticas de transferência de renda no Brasil e indicaremos alguns dos limites na produção de índices baseados unicamente na pobreza como um problema de insuficiência de renda.

### **3.A pobreza na agenda brasileira: Trajetória das Políticas de Transferência de renda no Brasil**

Como vimos o debate acerca da pobreza no Brasil é tema de preocupação da agenda pública e da literatura. A renda representou um elemento essencial no estudo do aumento da desigualdade no Brasil. Com efeito a investigação da pobreza gerada por fatores de renda só puderam ser melhor investigadas com maior cuidado na década de 1960 com a publicação dos primeiros censos demográficos

Já na década de 70, o Brasil possuía cerca de 40 milhões de pobres, o que representava cerca de 39% da população brasileira vivendo na condição de pobreza (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000).

Conforme BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA (2000),

No final dos anos 80 registra-se uma aceleração no contingente da população pobre e, no período recente, após implantação do Plano Real, cerca de 10 milhões de brasileiros deixaram de ser pobres. (BARROS, HENRIQUES E MENDONÇA, 2000, p. 125)

Com um número tão alto de pessoas vivendo em situação de pobreza e extrema pobreza, a agenda da pobreza entrou no debate das políticas públicas e uma série de programas sociais foram pensados e formulados no sentido de combinar políticas que pudessem reduzi-la ou mesmo erradica-la. A formulação desses problemas seguiu acompanhada de mudanças do sistema de proteção social brasileiro ou por ela foi modificado.

Dentro do contexto da América Latina não se pode afirmar que o sistema de proteção social no Brasil é atrasado. Já em 1923 foi sancionada a Lei-Decreto Eloy Chaves de nº 4.682 , sendo a primeira Lei a instituir a previdência social, por meio da qual foram criadas as Caixas de Aposentadorias e Pensões de nível nacional e considerada o marco inicial da legislação previdenciária social no Brasil e inicialmente foi pensada para atender empregados

vinculados às empresas de manutenção e construção de estradas de ferro. As premissas da Lei do Deputado Eloy Chaves baseavam-se na previsão de benefícios de aposentadoria por invalidez, equivalente ao que hoje conhecemos como aposentadoria por tempo de serviço, pensão por morte e assistência médica.

Apesar do caráter eminentemente contributivo a Lei Eloy Chaves inaugurou um sistema de previdência que se constitui como base para o desenvolvimento do sistema de proteção social brasileiro e de corresponsabilização do Estado brasileiro à proteção dos trabalhadores na sua proteção e garantia de direitos. Posteriormente, já na década de 60 foi criado o Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural – FAPTR, cujas fontes de financiamento somente foram formalizadas na década de 70, onde também surgiram os primeiros benefícios assistenciais aos idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza.

Sendo assim, até a Constituinte de 1988, o Sistema de Proteção Social brasileiro, se caracterizava por um sistema eminentemente de caráter contributivo, traço comum aos sistemas de proteção social latino-americanos. Apesar das indicações da Constituição Federal de 1988 apontarem a necessidade da consolidação da Assistência Social, indicarem necessidades de mudanças no sistema previdenciário, até a década de 1990 pouco de fato havia sido mudado.

Nesse período, avanços importantes foram obtidos na universalização da proteção social para idosos, sendo que o benefício previdenciário e assistencial alcançava cerca de 85% de pessoas com 65 anos de idade ou mais. Mesmo assim até a década de 1990 o sistema de proteção social ainda estava ancorado em um regime eminentemente contributivo e voltado a atender uma parcela da população em situação não produtiva, deixando sem cobertura a população pobre em idade ativa.

A partir da segunda metade da década de 1990 pode-se definir algumas mudanças substanciais no sistema de proteção social brasileiro, com o surgimento de programas de Garantia de Renda Mínima – PGRM, em nível local, que se atentavam para uma população em fase produtiva, em situação de pobreza, iniciando um processo de discussão da proteção social calcada em bases não contributivas.

De acordo com Bichir (2010) ,

Os programas de garantia de renda mínima procuraram atender não só a dimensão da insuficiência de renda – uma das múltiplas dimensões da pobreza – mas também ao déficit de acessibilidade a bens e serviços públicos ao qual está submetida a população mais carente, procurando funcionar como um mecanismo de inserção social. (BICHIR, 2010, p. 117)

Os primeiros programas de transferência de renda surgem no Brasil como políticas de combate a pobreza e são experimentados em plano local primeiramente. Destaca-se as experiências do Bolsa Escola no Distrito Federal, |Campinas e Ribeirão Preto e Santos. O modelo de programas de transferência de renda condicionada inaugurados em nível nacional com o Bolsa Escola e o Bolsa Alimentação em 2001 já impunham uma mudança fundamental e uma ruptura no modelo de proteção social vigente desde 1920 que era de caráter eminentemente contributivo, não complementar, substitutivo, visto que voltado essencialmente para idosos, pessoas com deficiência e em situação não produtiva.

Nesse contexto tem início as primeiras experiências de programas de combate a pobreza como programas municipais de renda mínima em nível local, visando atender os grupos mais vulneráveis e criando uma rede de proteção social para aqueles que muitas vezes não tinham sequer atendimento à direitos básicos como saúde e educação.

Já em 1997, o Governo Fernando Henrique aprovou a lei de número 9.533 que autorizava o Governo Federal à conceder apoio financeiro à municípios que criassem programas de renda mínima associados à ações socioeducativas, que estabeleceu-se até os anos 2000. Nesse ano é criado o Programa Bolsa Escola –PBE, de transferência de renda condicionada a ações socioeducativas, que atendia crianças por meio de renda complementar vinculado a frequência e desempenho escolar.

No Programa Bolsa Escola houve a opção pela transferência direta de renda aos beneficiários com gestão dos recursos centralizados no Governo Federal, além de na gestão FHC ainda ter sido criado outros programas como o Bolsa Gás , Bolsa Alimentação, conforme aponta Bichir,

Além do PBE, no governo FHC, foi criada uma rede de proteção social que inclui previdência rural e diversos programas no âmbito da assistência social. Sonia Dreibe acredita que, com esse conjunto de programas, o governo FHC logrou – em seu segundo mandato – constituir uma “Rede Social Brasileira de Proteção Social”, “concebida com um conjunto de transferências monetárias a pessoas ou famílias de mais baixa renda, destinado a protegê-las de nas distintas circunstâncias de risco e vulnerabilidade social. “ (BICHIR, 2010, p. 119)

Ainda no Governo FHC inicia-se a estruturação do sistema de Cadastro Único de Programas Sociais que foi “[...] uma primeira tentativa de solucionar os problemas de coordenação e sobreposição de programas” (BICHIR.2010), com efeito há o reconhecimento de que na gestão FHC ainda não houvera tempo para aprimorar o Cadastro Único, o que seria feito mais tarde no Governo Lula.

### **3.1 O Programa Bolsa Família: renda e erradicação da pobreza**

Criado em 2003, o Programa Bolsa Família aumentou o âmbito e a relevância no que tange à programas de transferência de renda e unificou e racionalizou pelo menos três

programas O Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás e em âmbito de escala e de cumprimentos de objetivos de focalização de política de combate à pobreza veem se mostrando eficiente.

Define como extrema pobreza famílias cuja renda per capita seja de até R\$ 77,00 e pobreza cuja renda per capita vá entre R\$ 77,00 a R\$ 154,00 per capita, é um programa de transferência de renda com condicionalidade nas áreas de saúde e educação. Nesse sentido, o PBF, recoloca o debate acerca da definição da linha de pobreza, estabelecendo como corte e a insuficiência de renda, nos seguintes patamares, conforme a linha de pobreza e extrema pobreza definida pela PNUD. Com isso, conforme apontam Paiva, Falcão e Bertholo (2013),

Ao final de 2010, o Programa Bolsa Família, já havia alcançado 13 milhões de famílias; tinha excelente focalização nos mais pobres, que não apenas permanecia melhorando ao longo do tempo (apesar da forte expansão do número de beneficiários), como era compatível com a alcançada por outros bons programas focalizados de transferência de renda ao redor do mundo; era custo-efetivo na redução da extrema pobreza e da desigualdade de rendimentos [...] (PAIVA, FALCÃO E BERTHOLO, 2013, p. 29)

Com boa focalização nos mais pobres com nível de despesa relativamente baixo, contando com a utilização de 0,4% do PIB brasileiro, não a toa o Brasil figura entre os países de acordo com o Relatório do Programa das Nações Unidas- PNUD, (2015)

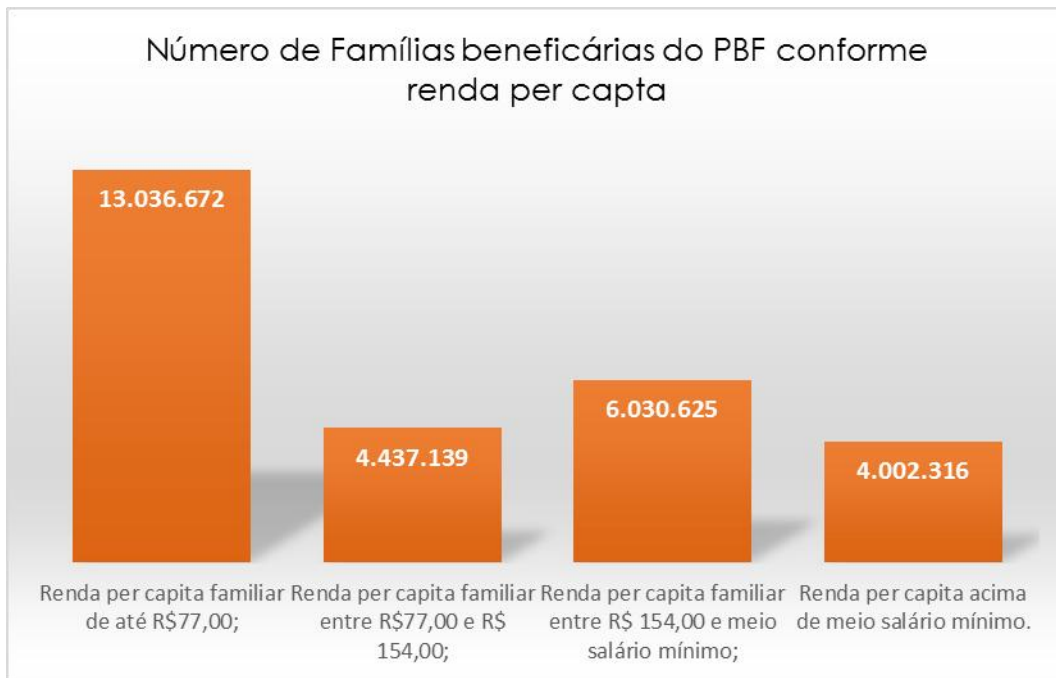
O Brasil foi um dos países que mais contribuiu para o alcance global da meta A do ODM 1, reduzindo a pobreza extrema e a fome não apenas pela metade ou a um quarto, mas a menos de um sétimo do nível de 1990, passando de 25,5% para 3,5% em 2012. Isto significa que o país, considerando os indicadores escolhidos pela ONU para monitoramento do ODM 1, alcançou tanto as metas internacionais quanto as nacionais. (PNUD, 2015)



Um dos aspectos importantes, da capacidade de cobertura e focalização do programa reside também no fato de que o avanço de arranjos institucionais antes limitados permitiram melhor identificação das pessoas em situação de pobreza e extrema pobreza. A ampliação do Cadastro Único e o aperfeiçoamento do sistema, permitiram maior controle sobre quem de fato precisava se tornar beneficiário, a acompanhamento das condicionalidades e garantiu avanços na integração entre assistência social, educação e saúde, permitindo que a população vulnerável com maior dificuldade e acesso a bens e serviços fossem melhor atendidas.

Até a década de 1990 o sistema de assistência e previdência era centralizado e o governo federal operava diretamente por meio do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), o Cadastro Único e o PBF foram criados já em período de descentralização da estrutura da assistência social por meio da Sistema Único de Assistência Social – SUAS , o que garantiu desse modo que a assistência social fosse fortalecida nos estados e municípios, ainda que a gestão dos recursos do PBF continuasse centralizada no Governo Federal.

Uma das provas dos avanços obtidos com a Consolidação do Cadastro Único pode ser observada na evolução dos dados de alcance do cadastro único. No mês de junho de 2015, existiam 27.506.752 famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais, o que corresponde a 82.398.757 pessoas cadastradas. A distribuição das famílias cadastradas conforme a renda per capita mensal declarada aponta, conforme gráfico 1 que:

**Gráfico 1**

**Fonte: MDS / Elaboração Silva, 2015.**

Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social –MDS, o Programa Bolsa Família (PBF) beneficiou, no mês de julho de 2015, 13.827.369 famílias, que receberam benefícios com valor médio de R\$ 167,15. O valor total transferido pelo governo federal em benefícios às famílias atendidas alcançou R\$ 2.311.298.975,00 no mês. Os números apontam não só para a eficiência de focalização do programa sobretudo em atender famílias em situação de extrema pobreza conforme índice de renda mas também da eficiência na cobertura por meio do Cadastro Único

Segundo Bichir (2010),

O governo Lula procurou expandir e consolidar a rede de assistência social herdada do governo FHC. Ao lado de outras medidas na área de assistência social, foi dada ênfase às políticas focalizadas, indicando uma opção pelo combate a pobreza e à desigualdade e , de certa forma, dando continuidade à agenda de reformas descentralizadoras iniciadas na gestão FHC. No governo Lula ampliou-se

contudo o volume de gastos em programas de transferência de renda e também seu escopo. (BICHIR, 2010, p.119)

A opção pela focalização, a ampliação com gastos de recursos e priorização para expandir em maior escala para grupos de menor renda, pode significar que o Bolsa Família, representou, de fato cumpriu a meta de erradicação da pobreza conforme indicadores estabelecidos pela PNUD. Ainda resta verificar se a caracterização tão estrita da linha pobreza conforme o corte de renda estabelecido pelo PBF com base em um índice internacional, corresponde na realidade brasileira à superação efetiva da pobreza e pobreza extrema, caso a discutamos com base em outras medidas escalares da pobreza, ainda que consideremos a renda ou insuficiência de renda como o critério de estabelecimento dessas linhas, é o que buscaremos verificar no próximo capítulo.

#### 4. Pobreza e Pobreza multidimensional: A “Severidade” da vida brasileira

Já dizia João Cabral de Melo Neto no seu ilustre poema Morte e Vida Severina, a respeito da situação do retirante nordestino Severino:

“ Vejamos: quem é o Severino

Da Maria do Zacarias,

lá da serra da Costela,

limites da Paraíba.

Mas isso ainda diz pouco:

se ao menos mais cinco havia

com o nome de Severino

filhos de tantas Marias

mulheres de outros tantos

já finados, Zacarias,

vivendo na mesma serra

magra e ossuda em que eu vivia.

Somos muitos Severinos

Iguais em tudo na vida:

A severidade da vida brasileira parece não querer ceder espaço para outra realidade, e tantos Severinos parecem ainda persistir como realidade da pobreza no Brasil. Em 2011 o IBGE ainda apontava que no Brasil haviam 16,27 milhões de pessoas em situação de extrema pobreza, o que representa 8,5% da população brasileira vivendo com menos de US\$ 1 dólar por dia.

Preciso em sua concepção Neto (2000), continua sobre a vida em situação de pobreza do retirante nordestino.

“E se somos Severinos  
Iguais em tudo na vida,  
Morremos de morte igual,  
Mesma morte Severina:  
que é a morte de que se morre  
de velhice antes dos trinta,  
de emboscada antes dos vinte,  
de fome um pouco por dia  
(de fraqueza e de doença  
é que a morte severina  
ataca em qualquer idade,  
e até gente não nascida)  
Somos muitos Severinos  
Iguais em tudo na sina:...” (NETO, 2000, p. 46)

Desde que o Brasil vem adotando como critério o estabelecimento da métrica de 77,00 para estabelecer a linha de corte entre pobreza e extrema pobreza, os objetivos propostos pelo PBF vêm sendo cumpridos.

Algumas problematizações em relação ao Programa Bolsa Família podem ser feitas. Uma delas reside do fato de que a meta de erradicação da pobreza conforme previsto pela linha estabelecida no PNUD da ONU de pobreza e extrema pobreza, foram atingidos no sentido de cumprimento dos Objetivos do Milênio. Os critérios metodológicos de recorte e demarcação da linha da pobreza calcado em um índice internacional, contudo, muitas vezes ignora especificidades, inclusive de cunhos regionais, para a definição de pobreza.

A padronização da pobreza a partir da caracterização de insuficiência de renda encontra dificuldades de acordo com o método a que se pretenda adequar, além da dificuldade muitas vezes de cumprimento de determinadas condicionalidades a que estão submetidos os beneficiários e ausência nesses programas de portas de saída, tem levado à autores a optarem por solucionar o problema da pobreza com programas de renda básica paga em dinheiro para qualquer cidadão independente da condição financeira que o aflija, conforme Suplicy (2010):

O pagamento em dinheiro propicia muito maior eficiência, grau de liberdade, menor possibilidade de desvios e economia de tempo para as pessoas. Daí não haver dúvida de que confere às pessoas muito maior grau de cidadania. (SUPLICY, 2010, p.153)

A segundo problema que podemos nos ater em relação à alguns dos limites colocados pela opção de elaborar programas que só levem em consideração a insuficiência de renda é o fato de que impõe limites a outras características sociais que representam pobreza.

Disso deriva a importância sobre os debates em relação àquilo que se denomina de pobreza multidimensional, que leve em consideração outros fatores de condições além do corte puro e simples ou formação de indicadores que se definam exclusivamente a partir da renda. Ainda que a pobreza possa ser percebida é muito difícil captar suas diferentes dimensões,

Porém a definição de outros fatores que definam a pobreza não é consensual, se de um lado há acordo sobre a necessidade de criar indicadores considerando a pobreza como fator multidimensional, de outro não há consenso em torno de quais são os elementos, ou um combo específico de assistência que garanta a formação desses indicadores. Nesse sentido literatura recente vem avançando no sentido de criar indicadores baseados em pobreza multidimensional, e de acordo com Barros, Carvalho e Franco (2006):

A ideia de construir um indicador escalar que sintetize todas as dimensões relevantes da pobreza humana tomou maior impulso somente após a criação dos Índices

de Pobreza Humana (IPH-1 e IPH-2) pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em meados da década de 1990 [...] (BARROS, CARVALHO E FRANCO, 2006, p.7)

Sendo assim a proposta é que na elaboração desses índices possam ser considerados como elementos na produção de medidas escalares de pobreza, o acesso à habitação, condições de moradia, acesso à saúde e educação, combinados com fatores e especificidades da pobreza em âmbito nacional e regional e aos fatores econômicos que a ocasionam. Tais índices poderiam auxiliar no complexo de programas de combate à pobreza se combinados à estratégias de desenvolvimento.

## 5. Considerações finais

A política de transferência de renda a partir dos anos 2000 foi inscrita no contexto de definição dos Objetivos do Milênio – ODM no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD da Organização das Nações Unidas-ONU, que traz como característica central na meta 1 de redução da pobreza e fome a formulação de um indicador que toma por base a pobreza como fator de insuficiência de renda.

O Programa Bolsa Família, ao estabelecer os cortes de pobreza e extrema pobreza com base nos indicadores de renda definidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, conseguiu atingir as metas de redução da pobreza combinando focalização, cálculo de pobreza a partir das insuficiências de renda e modernização institucional por meio do Cadastro Único de programas de proteção social acompanhada.

Os dados de cobertura apresentados pelo Cadastro Único também permitiram melhor padronização dos programas sociais ao tempo que fortaleceram a cobertura e identificação dos pobres e pobres extremos nos estados e municípios, garantindo a efetividade da focalização da política de transferência de renda.

Pudemos observar também, que o desenvolvimento do debate sobre a pobreza na Europa e na América Latina foi marcado por diferentes concepções acerca da pobreza, dentre elas as que se relacionam com exclusão, pobreza absoluta e relativa, pobreza relacional, insuficiência no atendimento das necessidades básicas.

Os limites da caracterização da pobreza como fator exclusivo de insuficiência de renda tiveram muita relevância nas décadas de 1970,1980 e 1990, tanto na Europa como na América Latina. E recentemente vem ganhando força a ideia de que é necessário considerar outras dimensões da pobreza além do fator de renda caracterizando-a como pobreza



multidimensional, que leve em conta fatores como acesso a serviços, educação, saúde, moradia para a criação de outras medidas escalares e indicadores de pobreza.

Com efeito, na Europa além de o Estado ser o principal propulsor na agenda de enfrentamento a pobreza, lá ela foi encarada menos como fator de insuficiência de renda e mais como processo de exclusão social, sendo que cada sociedade possui regras e cultura que definem aquilo que se entende por exclusão criando em torno disso programas específicos com o fim de enfrenta-la o que garantiu que os programas sociais na Europa tivessem caráter distinto daqueles que associaram a pobreza como fator exclusivo de insuficiência de renda, como é o caso da América Latina sobretudo a partir dos anos 2000.

Além disso no caso brasileiro, podemos notar que a formulação de programas de transferência de renda e de combate à pobreza, seguiram acompanhados e combinaram-se com a evolução do sistema de proteção social brasileiro que da década de 1920 até a década de 1990 permaneceu eminentemente de caráter contributivo e voltado às parcelas da população em condições não produtivas, como idosos e pessoas com deficiência.

A crítica em relação a pobreza como fator exclusivo de insuficiência de renda nos levou a problematizações acerca da formulação de índices escalares de pobreza voltados somente para renda, trazendo o debate e considerações sobre a pobreza multidimensional e a possibilidade de consolidação de indicadores que considerem outros fatores relacionados a pobreza como acesso a bens e serviços na consolidação de políticas sociais que visem a erradicação da pobreza.

A centralidade que a insuficiência de renda como fator de pobreza ganhou no Brasil e o caráter limitado dessa conceituação coloca a necessidade de o Estado brasileiro assumir um compromisso com novos questionamentos e formulações acerca das causas da pobreza para pensar novas alternativas de estratégias de desenvolvimento social. Enquanto

esse não for o horizonte da atuação estatal, sua ação seguirá comprometida com a reprodução das desigualdades, e não com o enfrentamento delas.

## 6. Bibliografia

ANDRADE, Manoel...[et al]. *Josué de Castro e O Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

AMSTERDÃ. Tratado. 1999. Disponível em: <  
[file:///C:/Users/PATRICIA/OneDrive/Documents/treaty\\_of\\_amsterdam\\_pt.pdf](file:///C:/Users/PATRICIA/OneDrive/Documents/treaty_of_amsterdam_pt.pdf)> Acesso em:  
15 mai.2015

BARROS, Ricardo Paes de; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional no Brasil. Rio de Janeiro, out. 2006, n.127. Disponível em: <  
[http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td\\_1227.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1227.pdf) > Acesso em: 10 jul.  
2015.

\_\_\_\_\_; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e Pobreza no Brasil: Retrato de uma estabilidade inaceitável. *Dossiê Desigualdade. RBCS*. [SI] fev. 2000. Disponível em <  
<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n42/1741.>> Acesso em: 10 jul. 2015.

BRASIL. Decreto-Lei nº 4.682/23 de 24 de janeiro de 1923. dispõe sobre a criação em cada uma das empresas de estradas de ferro existentes no país, uma caixa de aposentadoria e pensões para os respectivos empregados. Disponível em <  
<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/103693/decreto-4682-23#art-19> > Acesso em:  
20 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.553 de 17 de dezembro de 1997. Autoriza o Poder Executivo a abrir aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Educação e do Desporto e do Ministério da Cultura, crédito especial até o limite de R\$ 7.352.031,00, para os fins que especifica. Disponível em: <  
[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1995\\_1997/19553.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1995_1997/19553.htm) > Acesso em: 20 jul. 2015.

BICHIR, Renata Mirandola. O Bolsa Família na Berlinda? Os desafios dos programas de transferência de renda. *Novos Estudos CEBRAP*. São Paulo, p.115-129, 2010.

\_\_\_\_\_. Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família. In: Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do título Doutora ao Programa de Pós Graduação em Sociologia e Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <  
[http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/Bichir\\_tese\\_rev.pdf](http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/static/uploads/Bichir_tese_rev.pdf) >  
Acesso em: 15 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. Desenhos Institucionais e estratégias locais: a implementação do Programa Bolsa Família em Salvador. In: 34º Encontro Anual da Anpocs. ST 27: Políticas Públicas: instituições, ideias e redes. [SI]. Disponível em <  
[http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com\\_docman&task=doc\\_view&gid=1623&Itemid=350](http://www.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=1623&Itemid=350) > Acesso em: 20 jul. 2015.

CAMPELLO, Teresa; NERI, Marcelo Cortês. *Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania*. Brasília: IPEA, 2013.

CARDOSO, Ana Claudia Duarte; NEGREÃO, Marcília Regina Gama. Considerações Sobre a Pobreza No Brasil e suas Manifestações nas cidades da Amazônia. *Novos Cadernos NAEA*. [SI] jun.2006, n.1, v. 9. Disponível em <  
<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/viewFile/59/63> > Acesso em: 20 jul.  
2015.

FAO. *O estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: um retrato multidimensional*. Brasília, 2014. Disponível em: < [http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/noticias/arquivos/files/SOFI4\\_10\\_09-2.pdf](http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/noticias/arquivos/files/SOFI4_10_09-2.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2015

FREITAS, Maria do Carmo. *Pobreza e Exclusão Social*. Coimbra, 2010. Disponível em: < <http://www4.fe.uc.pt/fontes/trabalhos/2009011.pdf> > Acesso em: 08 abr. 2015.

IBGE. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Pesquisa de Informações Básicas Estaduais: Perfil dos Estados Brasileiros 2013*. Rio de Janeiro, 2014.

LAVINAS, Lena. *Pobreza e exclusão: traduções regionais de duas categorias da prática. Econômica*. [SI], jun.2002 – Impressa em outubro 2003. Disponível em: < [http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.4\\_N.1\\_Lena\\_Lavinas.pdf](http://www.proppi.uff.br/revistaeconomica/sites/default/files/V.4_N.1_Lena_Lavinas.pdf) > Acesso em: 08 abr. 2015

NETO, João Cabral de Melo. *Morte e Vida Severina e outros poemas para vozes*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

PNUD. Objetivos do Milênio. Disponível em: , <http://www.pnud.org.br/ODM.aspx> >

SARAVIA, Henrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). *Políticas Públicas*. Coletânea de Políticas Públicas. Brasília: ENAP 2006, 2 v. Disponível em: < [http://www.enap.gov.br/index.php?option=com\\_docman&task=cat\\_view&gid=856](http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=856) > Acesso em: 04 mai. 2015.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo. *Renda Básica de Cidadania: a saída é pela porta*. São Paulo: Cortez: Editora Fundação Perseu Abramo, 2010.

## 6.1 Sítios eletrônicos consultados

Ministério do Desenvolvimento Social – MDS . Disponível em: <http://www.mds.gov.br/>>

Instituto de Pesquisas Economicas e Aplicadas - IPEA <http://www.ipea.gov.br/portal/>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE - <http://www.ibge.gov.br/home/>

## APÊNDICE I

**Entrevistada:** Gostaria que você contasse um pouco primeiro o histórico dessa agenda do programa Bolsa Família e seu envolvimento com este projeto, a gente tem aí dentro os objetivos do milênio as metas de redução da pobreza, da extrema pobreza, o Brasil entrou neste debate os anos 2000, mas eu queria um pouco escutar a partir da sua perspectiva.

**Entrevistado:** Muito bem, eu me interessei pelos programas de transferência de renda, de renda mínima até chegar, passando pelo Bolsa Escola, Bolsa Alimentação até chegar ao Bolsa Família e depois a renda básica de cidadania, ao me interessar desde a minha, desde menino, desde a minha adolescência, desde a minha formação como primeiro em administração de empresas e daí por ter me interessado em saber economia, fiz o mestrado e doutoramento e depois um período de 15 meses na universidade de Stanford e depois fui completar e defender a minha tese na Michigan State em junho de 1973 e meu objetivo era procurar saber como se poderia construir uma nação com maior grau de justiça onde os valores de fraternidade, solidariedade pudessem nos levar a uma nação mais justa e realizando isso por meios democráticos.

Apreendi na minha formação que se quisermos construir uma sociedade justa e civilizada, um Brasil justo nos precisamos levar em consideração valores que não sejam simplesmente a busca por interesse próprio de se levar vantagem em tudo, mas, sobretudo os valores, claro que todos nós desejamos progredir, queremos o progresso de nossas pessoas queridas, nossos filhos, netos, das pessoas com quem convivemos, mas também é importante que nos venhamos a pensar que para além dos muros da nossa casa é importante termos estes valores de solidariedade, fraternidade que estão presentes na história da humanidade e também do Brasil.

E se quisermos elevar o grau de justiça que instrumentos são compatíveis com isso? Quando se aboliu a escravidão elevamos o grau de justiça, se provermos oportunidades de educação para todas as crianças, jovens, adultos, adultos que não tiveram boas oportunidades quando eram crianças, elevaremos o grau de justiça se provermos boas oportunidades de assistência à saúde, para toda a população através de um bom Sistema Único de Saúde, com o melhor grau de assistência possível, estaremos elevando o grau de justiça se provermos boas oportunidades de moradia para todos estaremos elevando o grau de justiça. Se numa nação ainda com tamanha desigualdade de renda e de riqueza especialmente no setor fundiário se realizarmos a reforma agrária estaremos elevando o grau de justiça, se expandirmos as formas de micro crédito provendo oportunidades de acesso a somas modestas para aquisição de instrumentos de trabalho como uma máquina fotográfica, um computador, uma bicicleta, um cavalo, uma charrete, uns aparelhos de cozinha para montarmos uma lanchonete, uma cozinha para fazer um restaurante, ou qualquer, um celular ou algo, tudo aquilo que possa significar que uma pessoa passe a realizar uma atividade produtiva mesmo que não tenha grande patrimônio para dar em garantia, mas pela sua capacidade, por exemplo, a luz das experiências dos Grand Bank em Bangladesh, mas também no próprio Brasil que se desenvolveu bastante as experiências de microcrédito isso também vai elevar o grau de justiça, se estimularmos as formas de economia solidária, as formas cooperativas de produção, na medida em que quando se forma uma cooperativa as pessoas participam das decisões sobre como organizar a produção a geração de riquezas e naturalmente também decidem formas mais equitativas de distribuição da riqueza gerada, então também estaremos elevando o grau de justiça e dentre os instrumentos de política econômica e social que podem elevar o grau de justiça estão as transferências de renda e eu primeiro me dei conta e tive maior familiaridade

quando estava estudando nos Estados Unidos com a proposta de garantia de uma renda mínima através de um imposto de renda negativo.

Quando voltei dos Estados Unidos era junho de 73 eu tinha me relacionado me tronei amigo, antes dele ir do Antônio Maria da Silveira, e em 74, 75 ele era professor no ITA em São José dos Campos e eu na GV, como éramos amigos e ele disse que queria muito que os alunos dele tivessem assim uma interação com uma visão mais progressista, eu voltei interessado bastante nas razões pelas quais o Brasil havia crescido bastante, mas caracterizado pela concentração da renda e da riqueza ele me convidou para fazer palestra para os seus alunos no ITA e eu o convidei para fazer palestras para os professores da GV e aí eu interagi sobre a ideia da garantia de uma renda mínima, ele foi o primeiro economista no meio acadêmico brasileiro que escreveu um artigo propondo a garantia de uma renda mínima através de um imposto negativo que inclusive seria introduzido na economia através da nova moeda injetada na economia porque mesmo que você tenha estabilidade de preços, se você precisa aumentar a quantidade de moedas ou pelo ao menos o suficiente para acompanhar o aumento da produção.

Então ele disse bom; vamos injetar a nova moeda pelas mãos dos mais pobres e este artigo esta na revista Brasileira de Economia de 1975.

Em 1978 de Roberto Mangabeira Unger escreveu um livro Participação, Salário e Voto - um Projeto de Democracia para o Brasil, onde eles propõe para melhorar a distribuição de renda, tanto a reforma agrária quanto um programa de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo.

E nos anos 80 quando eu já era nos anos 70 eu, por exemplo, escrevi artigos de politica economia, era redator de politica econômica da Folha de São Paulo e dentre os meus artigos esta artigo sobre as contribuições, James, Milton Freemann e outros que defendiam uma garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo.

Em 1980 quando eu fui convidado para ser cofundador do Partido dos Trabalhadores, em 10.02.1980 eu me lembro que lá na avenida, rua onze de julho em Moema, onde se reunia a executiva nacional do Partido dos Trabalhadores, eu e o professor Paulo Singer muitas vezes dissemos que no programa do PT deveria ter a ideia de garantia de uma renda seja por pessoa ou da família.

Mas durante o tempo que eu fui deputado estadual, deputado federal, vereador depois em 89,90, deputado estadual, 79 a 83, federal de 83 a 87, janeiro de 87, vereador 89,90, mas foi quando fui eleito senador, explicando para amigos o que eu poderia apresentar no Senado eu expliquei para o Carlito Maia, João Batista Abreu, Maria Tereza Rodrigues, João Saboia e outros amigos que uma ideia interessante seria propor a garantia de uma renda mínima e então eles me estimularam e eu no inicio de 1991 logo após ser eleito senador, comecei a estudar bastante este tema e convidei o Antônio Maria da Silveira, com quem eu dialogava sobre isto desde os anos 1970 para elaborar comigo um projeto de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo.

Todas a pessoa que naquela época não recebesse pelo menos 45 mil reais por mês, na época o salário mínimo estava em torno 20 mil reais/ cruzeiros, eu falei, 45 mil cruzeiros por mês, teria o direito de receber 50% de

diferença entre aquele patamar e o nível de renda, para todos adultos de 25 a 45 anos ou mais, poderia baixar para 18 digamos e então em abril de 91 eu apresentei este projeto e trabalhei nele com muito entusiasmo.

No segundo semestre de 91 eu convidei o Antônio Maria da Silveira que era então professor na fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro para que ele pudesse se licenciar de ser professor lá para trabalhar comigo em Brasília e ajudar na explicação e persuasão de todos os senadores para a proposta e em agosto de 1991 houve uma reunião da equipe de economistas liderado pelo Valter Barelli que havia sido diretor técnico do DIIIEESE e nessa época ele era do PT e o coordenador de assuntos econômicos do governo paralelo do governo Lula que havia perdido a eleição para o Fernando Collor de Melo em 89 e nos tivemos uma reunião com 50 economistas em Belo Horizonte e nesta reunião nos explicamos o que era o projeto para alguns membros da reunião como Aloisio Mercante chegaram a perguntar: mas será que você garantir uma renda mínima para trabalhadores não vai facilitar a exploração por parte dos empresários que vão dizer: vocês já ganham tanto então só precisamos pagar um pouco a mais. Eu contra argumentei dizendo que se mais pessoas tiverem a garantia de renda, vai ter mais, terão maior atividade econômica, vai dar muito maior grau de liberdade pra pessoa escolher se quer ou não aceitar aquele trabalho e assim por diante.

Mas nesse mesmo encontro o Jose Marcio Camargo professor da PUC do Rio de Janeiro, ponderou que seria interessante garantir a renda para as famílias carentes, mas um dos maiores problemas brasileiros era um número tão grande de família pobres que estavam com suas crianças a trabalhar desde os sete, oito, nove, dez anos de idade para dar a sobrevivência em casa porque não tinham o mínimo para sua sustentação e acontece que como iam trabalhar precocemente deixavam de estudar e quando chegavam à idade mais avançada, mais adulta não conseguiam trabalho por falta de uma melhor formação. Então se provéssemos uma garantia de renda para as famílias carentes desde que pudessem as crianças irem a escola iríamos contribuir para cortar um dos principais elos do círculo vicioso da pobreza.

E ele escreveu um artigo na Folha em dezembro de 91 contando, formulando essa proposta e outra vez em 93. O projeto de garantia de renda mínima através de um imposto de renda negativo apresentado em abril de 91 recebeu parecer favorável do senador Mauricio Correa então líder do PDT e depois Ministro e Presidente do Supremo Tribunal Federal mas ele propôs duas modificações: primeiro que pudesse o poder executivo escolher de acordo com os recursos disponíveis entre prover 30 ou 50% da diferença entre 45 mil do nível de renda pessoa e também que ao invés de começar de pronto em 95 para todos de vinte cinco anos ou mais, no primeiro ano teria um direito 60 anos ou mais, de 55 anos a mais no terceiro ano, de 60, 55, 50, 45 baixando a cada ano.

E assim ao longo de oito anos iria se baixando a idade até que a partir do 8 ano, em 2002 todas as pessoas de 25 anos teriam direito e mais tarde poderia pensar em baixar para 18 anos e este projeto foi aprovado por consenso de todos os partidos na Comissão de Assuntos Econômicos em outubro 1991 e em 16 de dezembro de 91 foi aprovado por todos os partidos havendo apenas três abstenções no plenário do Senado Federal.

No meu livro você pode ver ali a história comentada, como o Jose Paulo Bisol então do PSB senador gaúcho fez um discurso bastante comovente, persuadindo a todos, o senador Fernando Henrique Cardoso em nome da liderança do PT falando favoravelmente e mesmo os que levantaram dúvidas não votaram contra e o projeto foi para a câmara dos deputados na Comissão de Finanças recebeu o parecer favorável do deputado Germano Rigoto do PMDB entusiástico que depois ele se tornou governador do estado do Rio Grande do Sul e agora a partir

daquela proposição do Jose Márcio Camargo publicada na Folha e reflexões como do ex-reitor e ex-professor da Universidade de Brasília, Cristóvão Buarque que foi governador eleito em 1994 e também do prefeito de Campinas do PSDB José Roberto Magalhães Teixeira, Cristóvão Buarque então do PT e Magalhães Teixeira do PSB tanto ao final de 94, formularam propostas para instituir no Distrito Federal e em Campinas projetos de garantia de renda mínima relacionadas a projetos de educação e no Distrito Federal toda família que não recebesse até meio salário mínimo per capita teria direito de receber até um salário mínimo desde que as suas crianças de 7 a 14 frequentassem a escola e em Campinas toda a família que não recebesse pelo menos meio salário mínimo per capita por mês teria direito de receber o que fosse necessário para completar meio salário mínimo por mês para a família, per capita.

E ambos tiveram início em 95 eu cheguei a ser chamado, o Cristóvão Buarque convidou-me como senador e falou: olha eu vou apresentar o projeto de garantia de renda mínima e gostaria que você comparecesse a minha campanha e aos comícios porque eu vou colocar em pratica então eu até compareci em comícios dele em Brasília e o Jose Roberto Magalhães Teixeira um dia me ligou dizendo que gostaria que eu fosse lá até para interagir com o Partido dos Trabalhadores porque em Minas um vereador do PT único na Câmara Municipal que tinha votado contrariamente porque o Prefeito não havia a bancada do prefeito não havia aceito que ele interligasse duas emendas consistentes com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Então eu lembro de ter ido a Campinas e fomos à casa do Prefeito com diversos companheiros do PT inclusive o vereador Cesar Hernandez e lá explicamos que se tratava de um projeto consistente com o que propunha o PT, o Prefeito resolveu aceitar as propostas daquele vereador e no segundo turno ele votou favoravelmente ao projeto e em 95 o Cristóvão Buarque no Distrito Federal e o Prefeito Magalhães Teixeira iniciaram as primeiras experiências locais de garantia de renda mínima associadas às oportunidades de educação.

Em outubro de 95 eu mesmo compareci a Ribeirão Preto onde a vereadora Joana Leal Garcia, tinha apresentado um projeto que o prefeito Antônio Palocci depois da minha estada lá acatou, e daí em Piracicaba, Jundiaí, Belo Horizonte, Belém, Caxias do Sul, Porto Alegre, Mundo Novo e dezenas de municípios passaram a adotar o programa de renda mínima associados à educação dados os benefícios positivos daquelas experiências.

E na Câmara dos Deputados e no Senado surgiram diversas iniciativas de Nelson Marquesa, do PSDB, Pedro, Chico Vigilante do PT, no senado Renan Calheiros, Renan Suassuna do PSDB e PSDB todas propondo que a União viesse a financiar projetos de renda mínima associados e educação.

No começo de 92 depois de eu e o Antônio Maria estarmos muito felizes da aprovação do projeto no senado ele fez uma viagem aos Estados Unidos e Europa e quando ele voltou eu perguntei como estava o debate sobre a garantia de uma renda mínima e eu falou agora estão falando muito da renda básica incondicional e me deu um livro editado pelo professor Felipe Vanpares, eu li e passei a me interessar cada vez mais sobre a garantia de uma renda mínima e em 92 o professor Felipe Vampares veio ao Brasil, fez, deu conferencias, por exemplo, na PUC, a Aldaíza Sposati o convidou e eu próprio também e depois em 1994 eu comparecia ao quinto Congresso Internacional, em Londres, em 96 o professor Felipe Vampares esteve aqui convidado pela USP e pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e eu fui assistir todas as palestras dele explicando o que era a garantia básica de uma renda básica incondicional.



Em 96 eu, em agosto de 96 eu, quando eu fui em 94 a Londres na Inglaterra ao voltar eu dei um livro do Professor James Edward Mind, que havia sido homenageado em Londres como um dos expoentes que defendia a renda básica, ele faleceu em 1995, mas no final de 95, mas eu me lembro de ter trazido assinado pela filha dele de presente e eu fui ao apartamento do presidente Fernando Henrique Cardozo lá na rua Maranhão e dei de presente o livro Agatatopia do James Edward Mind, premio Nobel de economia.

Em 1996 agosto, eu solicitei ao presidente Fernando Henrique Cardozo que pudesse receber o professor Felipe Vampares da Universidade Católica de Nuvan, a maior autoridade sobre o tema e fundador da BIAN, e você sabe bem como foi fundada a BIAN? Quer saber?

Entrevistadora: Quero.

Entrevistado: Em 1984 o professor Felipe Vampares da universidade Católica de Nuvan escreveu um trabalho como você esta fazendo sobre a historia da garantia da renda ao longo do tempo para um concurso do colégio em Bruges e então ele fez um estudo muito bem feito sobre tudo o que ocorrera desde o tempo de Tomas Moor. Tomas Penne e tantos outros filósofos, economistas e ganhou o premio, acho que era do rei da Bélgica, pelo melhor trabalho apresentado.

E com este premio ele recebeu algo como 4 mil dólares na época e com este recursos ele resolveu promover um encontro de todos os principais filósofos e economistas que ele conhecia que trabalhavam sobre programas de transferência de renda e formas de combater a pobreza na Europa e em 1986 aconteceu este encontro na Universidade Católica de Luvan e eles então resolveram então fundar um fórum para debater todas as experiências de garantia mínima na Europa e também para propor que em cada país se instituísse uma renda básica incondicional para todos. E eles estavam jantando juntos um dia neste encontro quando um deles falou para os demais: BIAN, e o outro falou: ah, tá ai um ótimo nome e desde então eles formaram a BIAN um fórum para debater todas as formas de transferência de renda, de garantia de renda e propor que todos os países defendessem a renda básica incondicional.

E a cada dois anos desde então houve congressos internacionais, depois daquele de Londres eu participei em 96 em Viana do Congresso da BIAN em 98 eu iria participar do Congresso da BIAM em Amsterdã, mas como se deu duas semanas antes da minha segunda reeleição achei que era importante eu me dedicar ao máximo para ser reeleito senador e continuar a batalha. Então um amigo meu Olvidio de Castro, Olvidio de Souza ele foi e levou minha saudação a todos e a explicação, Olvidio Brito dizendo que era melhor eu dedicar toda a minha energia pra ser reeleito e felizmente eu fui, então Olvidio Carlos de Brito, é o nome completo dele, e depois em 98 foi Amsterdã, em 2000 foi em Genebra, em 2002 foi em Berlim, em 2004 foi em Barcelona aonde eu disse, primeiro foi Berlim em 2000, 2002 em Genebra, em 2004 foi em Barcelona, havia treze brasileiros e eu então disse aos que compareceram lá ao 10º Congresso Internacional da BIAN, como há aqui pessoas de todos os continentes, porque não transformarmos a BIAN em (em inglês) e foi aprovado.

E então em agosto de 96, voltando um pouco, eu levei o Felipe Vanpares para uma audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso no Palácio da Alvorada, presente o ministro da educação Paulo Renato Souza, o deputado Nelson Markezan do PSDB que era um dos, que havia apresentado projeto sobre o tema e toda a equipe do Fernando Henrique e do Paulo Renato Souza e então tivemos uma audiência de cinquenta minutos e o

Philippe Van Parisj até se lembra que ao sairmos da audiência que demandou mais tempo do que o previsto na agenda do presidente, claro que porque ele se interessou e estava na sala de espera aguardando o embaixador dos Estados Unidos e o professor Philippe Van Parisj então argumentou para o presidente Fernando Henrique Cardoso, que o bom seria um dia, por todas as vantagens, chegarmos à renda básica incondicional, mas iniciar a garantia de uma renda relacionando-a as oportunidades de educação era uma boa coisa porque significava um investimento em capital humano.

Então o presidente Fernando Henrique Cardoso deu o sinal verde para que fosse aprovado a garantia de uma renda relacionada às oportunidades de educação projeto do Marcos Marquesan ao qual foram pensados os projetos outros que eu mencionei, do Pedro Wilson, Chico Vigilante na câmara e no senado o Renan Calheiros o Nei Suassuna e o Renan Calheiros.

E esta foi, tornou a lei 9.533 de 1997 a qual autorizava a União a financiar em 50% todos os municípios que adotassem programas de renda mínima associados à educação. E com este estímulo mais e mais municípios passaram a adota-los.

No ano 2001 o presidente Fernando Henrique baixou medida provisória que logo foi transformado em projeto de conversão em lei 10.216 de 2001, pelo qual todos os municípios e não apenas os que, a União financiaria em 100% dos gastos todos os municípios, aquela lei 9593 dizia que no primeiro ano seriam financiados 20% municípios de menor renda per capita, no segundo ano seguinte e assim por diante até que no quinto ano acho que era 2002 todos os municípios passassem a ser financiados, mas já em 2001 antes que se completasse o quarto ano, o presidente Fernando Henrique disse que aprovou lei, conseguiu aprovar lei para que 100% dos municípios, todos tivessem 100% do financiamento dos gastos para programa de renda mínima associados à educação, que também receberam o nome de Bolsa Escola tal como o governador Cristóvão Buarque do PT havia denominado e esta lei em homenagem ao prefeito José Roberto Magalhães Teixeira que havia falecido e sido um dos pioneiros se chamou José Roberto Magalhães Teixeira.

Em 2002 também foram instituídos o programa Auxílio Gás pelo qual toda a família que não recebesse pelo menos meio salário mínimo per capita, passaria a receber a cada dois meses algo como 37,00 reais por mês para comprar gás, num ano que tinha aumentado bastante o gás. Também em 2002 foi aprovado o programa Bolsa Alimentação enquanto programa de garantia de renda, enquanto o programa Bolsa Escola garantia um complemento de renda às famílias que não recebessem até meio salário mínimo per capita, que poderiam receber quinze, trinta, ou quarenta e cinco reais para uma duas, três ou mais crianças que estivessem frequentando a escola de 7 a 14 anos, o Bolsa Alimentação administrado pelo Ministério da Saúde enquanto o Bolsa Escola pelo Ministério da Educação, aí há até uma particularidade porque o Paulo Renato Souza, Ministro da Educação era potencialmente um candidato à presidência, o Ministro da Saúde José Serra era também um potencial candidato a presidência e então o presidente Fernando Henrique Cardoso baixou lei para através de medida provisória que transformada em lei instituindo o programa Bolsa Alimentação para o qual toda família que tivesse criança até seis anos de idade também iria receber aquela mesma quantia de quinze, trinta ou quarenta e cinco reais per capita por criança, uma duas, três ou mais crianças, desde que os pais vacinassem as crianças até chegarem a seis anos de idade.

Em 2002 foi eleito o presidente Lula. No começo de 2003, lá por volta de fevereiro, março o presidente Lula com Jose Luís Graziano Ministro do Combate a Fome instituiu o Programa Bolsa Alimentação, toda a família que não recebesse pelo menos até meio salário mínimo per capita, passaria a ter direito a receber um cartão alimentação magnético equivalente a cinquenta reais que só poderiam ser gastos em alimentos.

Este programa foi lançado originalmente nos municípios de Guaribas e Acauã no interior do Piauí a mais de 500 quilômetros de Teresinha, pois se tratavam de dois municípios de menor renda per capita e menor índice de desenvolvimento humano do Brasil, poderá ser interessante para o seu trabalho você ler depois eu lhe dou as informações sobre como obter isto, porque eu tenho aqui, porque eu em vinte, em trinta de janeiro ultimo eu fui a Universidade Federal do Maranhã a convite da professora Maria Euzenira Silva e Silva, cujos trabalhos você deve incluir na sua bibliografia.

Entrevistado: Ela tem inúmeros textos sobre o Bolsa Família e deve incluir, e o orientando dela que é da Universidade Federal do Piauí escreveu uma tese sobre o programa Bolsa Família em Guaribas e Acauã, o programa Bolsa Alimentação e o programa Bolsa Família em Guaribas e Acauã, porque ali começou como Bolsa Alimentação.

Pois bem, ali os cinquenta reais que cada família poderia receber só poderia ser gasto em alimentos, só poderiam ser gastos com alimentos e havia até a constituição de um comitê gestor das famílias para que elas se reunissem e debatessem em que iriam gastas aqueles recursos. Mas eu conforme você pode observar no meu livro Renda de Cidadania saída pela Porta, argumentei nas reuniões que tive com Jose Graziano da Silva, com o presidente Lula, no Instituto Lula que seria melhor dar à liberdade as pessoas de gastarem o que recebessem naquilo que bem aprovesse e não só em alimentos.

Numa pesquisa realizada, num levantamento feito por assistentes sócias no município de Campinas quando do início do programa de Renda Mínima associada à educação, estas assistentes sociais foram perguntar as beneficiárias do Programa de Renda Mínima associada à educação em que é que elas estariam gastando e dai uma perguntou a uma mãe: Em que é que a senhora gastou primeiro?

Ah, eu comprei uma dentadura pra mim. Mas como, com tanta coisa necessária a senhora foi comprar uma nova dentadura?

Ah, era o que mais precisava até para poder arrumar um emprego, pra eu poder sorrir, pra arrumar um namorado, pra poder namorar direito, ou seja, o jornalista Márcio Moreira Alves em O Globo publicou um artigo sobre este episódio que com muita clareza mostrava a importância de se dar a liberdade de cada pessoa saber o que seria mais importante pra ela gastar.

E, pois bem, uma equipe interministerial, quando a Miriam Belchior trabalhava na Casa Civil com o ministro José Dirceu, trabalhava ali no palácio do Planalto interagindo por diversos ministérios seja do Combate a Fome, foi constituído um grupo de trabalho onde estavam presentes Miriam Belchior, a Tereza Campelo, a Ana Maria Medeiros da Fonseca ou Ana Fonseca, no meu trabalho tem o nome de cinco pessoas, me disseram que a Teresa Campelo também estava, mas na fonte que eu tinha pego tem cinco nomes, Miriam Belchior, Ana Maria Fonseca e outros estes três pelo menos.

Então este grupo apresentou ao presidente Lula que acatou a recomendação de racionalizar e unificar aqueles quatro programas Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Auxílio Gás e o cartão alimentação no que veio a ser chamado Bolsa Família instituído em outubro de 2003, por medida provisória pelo presidente Lula e tal como o Bolsa Escola, Bolsa Alimentação e Auxílio Gás e outros que foram todos aprovados por consenso na hora de serem transformados de medida provisória em projeto de conversão em lei, também o programa Bolsa Família foi aprovado pelo congresso por todos os partidos e transformados na lei 10836 de 2004, em que dia?

Entrevistadora: De cabeça, não sei.

Entrevistado: Como não sabe, em 9 de janeiro de 2004. Que característica tem o nove de janeiro de 2004 em relação a outro projeto?

Entrevistado: Mais e mais ao estudar a garantia de uma renda através de um imposto de renda negativo do Bolsa Escola, Bolsa Família e o conceito de uma Renda Básica de Cidadania, eu interagindo com os membros da ABIAN como o Felipe Vanpares, Claus Off, Valter Van Clain e todos outros autores mencionados no meu livro, mais e mais eu fiquei persuadido de que melhor que o programa Bolsa Família seria instituir uma Renda Básica de Cidadania e em dezembro de 2001 eu resolvi apresentar no senado federal um novo projeto para instituir uma Renda Básica de Cidadania.

Em janeiro ou fevereiro de 2002 durante o Fórum Social Mundial de Porto Alegre eu lancei o meu livro Renda de Cidadania a Saída é pela Porta, que esta citada na sua biografia, lá estava presente o professor Philippe Van Parisj , na cerimonia estavam presentes o presidente do Fórum Social Mundial na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, o presidente Lula, o governador Olívio Dutra com quem eu interagi e lembrei de um episodio agora na Tunísia, no Fórum Social Mundial da Tunísia. Estavam presentes a minha mãe Filomena Matarazzo Suplicy, estavam presentes algumas pessoas que muito estavam colaborando comigo como a escritora Ana Miranda, uma das melhores escritoras brasileiras, que fez a revisão completa da redação do meu livro e ajudou a aperfeiçoa-lo. Estava presente a Monica de Abreu Dallari, estava presente que era agora que há treze anos é minha namorada, estava presente Rose Nogueira que é a minha assessora de imprensa e mais outra pessoa que estava ajudando na campanha, porque nesta ocasião eu era pré candidato a presidência da republica dentro do PT, mas foi o Lula, o Olívio Dutra e estava lotada a sala de aula e eu fiquei muito contente.

Então, em abril de 2004 fui designado para ser o relator na Comissão de Assuntos Econômicos o senador Francelino Pereira do PFL, ex-governador de Minas, ex-presidente da Arena, um dia famoso por ter dito que País é este e ele me disse, e eu dei então a primeira edição do meu livro Renda de Cidadania – a saída é pela Porta e um pesquisadora que estava escrevendo uma tese sobre renda Mínima de Cidadania, Marilia Pastuldo da Fiocruz, se dispôs a ajudar o senador Francelino Pereira a escrever o parecer, ela era muito estudiosa do tema e o Francelino Pereira depois de estudar o meu livro disse a mim: Eduardo é uma boa ideia, mas você precisa torna-la compatível com a lei de responsabilidade fiscal, para qual para cada receita é preciso, para cada despesa é preciso ter a despesa correspondente, que tal você aceitar um paragrafo que diga que a Renda Básica de Cidadania, que em principio seria iniciada em 2005 pela lei, pelo projeto de lei, que vai ser instituída por etapas a critério do poder executivo, começando pelos mais necessitados.

E eu então lembrei das lições de quem? De um premio Nobel de economia James Edward Mead que desde 1935 quando ele escreveu, seu livro sobre economia, quando ele era membro do circulo de Cambridge junto com Edward Cann e outros, ele foi o primeiro economista a escrever um livro didático sobre a Teoria geral da moeda, dos juros e do emprego, mas em 1935, ele já desenvolveu propostas tais como as que em 98, em 89, 92 e 95 na trilogia sobre a argatutopia, em 92, três livros sobre argatutopia em 89,92 e 95, onde ele diz, onde ele conta que por muito tempo ele esteve em busca de utopia e por mais que navegasse não conseguiu encontra-la. No caminho de volta deparou-se com uma argatutopia que em grego significa um bom lugar.

Lá tornou-se amigo de um economista que lhe disse: os argatutopianos sabem sabe onde fica utopia, mas não vão lhe contar, porque eles vivem num lugar perfeito, porque eles são seres humanos perfeitos que vivem num lugar perfeito e por isso eles tem uma grande diferença entre com os argatutopianos que são seres humanos imperfeitos que vivem num bom lugar, seres humanos imperfeitos que cometem as suas bobagens. Você comete alguma bobagem às vezes?

Entrevistadora: Cometo sim senador.

Entrevistado: Eu também, diariamente. Então ele resolveu estudar os arranjos sociais e instituições de argatutopias, e verificou que eram as melhores que ele até então havia encontrado para simultaneamente atingir os objetivos que de há muito a humanidade e os economistas procuravam, de liberdade no sentido de cada das pessoa trabalhar no que deseja e de trabalhar naquilo que for a sua vontade, de igualdade no sentido de não se ter grandes disparidades de renda e de riqueza e de eficiência no sentido de se alcançar um maior poder aquisitivo possível com os recursos e a tecnologia vigente.

E quais eram as instituições? Você sabe? Muita flexibilidade de preços e de salário para boa alocação dos recursos, muita interação entre trabalho e capital de tal maneira que pudessem os empresários contratarem os trabalhadores não apenas por salário, mas também por participação nos resultados e se você tiver então flexibilidade de preços e salários e os salários puderem eventualmente cair e participação nos resultados que poderão às vezes não serem bons até por fenômenos climáticos; inundações, secas, tsunamis fenômenos internacionais, então se você viesse a ter diminuição de remuneração, você precisaria de um outro instrumento para garantir melhor renda para todos e estes instrumentos seria a renda básica como direito a cidadania pra todos e num ultimo capitulo de argatutopia o James Mead observa que quando você tem objetivos claramente delineados o importante e você caminhar firmemente naquela direção passo a passo e pra ele que tinha vivido de 1907 a 1995 e observado a primeira, a segunda grande guerra mundial a revolução soviética, os golpes de Estados, tudo de uma instabilidade política que havia ocorrida ao longo do século vinte, ele observou: se você quiser ter tudo ao mesmo tempo, de uma hora pra outra, ai vem às instabilidades políticas, por isso o importante é você saber exatamente o que deseja e caminhar firmemente naquela direção.

Eu lembrei desta recomendação do James Mead, premio Nobel de 1977 de Economia e disse ao Francelino Pereira, eu aceito. E graças a este parágrafo que esta lá que você conhece a lei, é que na Comissão de Assuntos Econômicos foi aprovado por todos os partidos e na Comissão e no plenário do Senado, alias foi aprovado por todos os partidos na Comissão de Assuntos Econômicos e daí foi pra Câmara dos Deputados porque foi aprovado em caráter terminativo. Quando um projeto é aprovado em caráter terminativo, de autoria de um senador, se pelo menos 10% por cento dos senadores mais do que nove, nove ou mais assinarem um recurso para

que ele seja também examinado em plenário, ele deverá ser. Como foi no caso do projeto de Garantia de Renda Mínima, através do imposto de renda negativo por ter passado na Comissão de Assuntos Econômicos e depois no plenário.

Neste caso ele foi aprovado em caráter terminativo no Senado por todos os partidos e depois na Câmara dos Deputados, eu fui lá e argumentei na Comissão de Finanças e Tributação e também foi aprovado por todos os partidos.

Teve algum deputado que falou: Ah, eu era a favor do imposto de renda negativo, mas este negócio de pagar para todos, não estou aceitando bem. Mas todos os partidos aprovaram e quem disse isso aí foi o Mussa Demis que eu me lembro.

E então aprovado em dezembro de 2002 no Senado e em dezembro de 2003 na Câmara, foi ao presidente Lula e eu conversei então com o ministro da Fazenda Antônio Palocci que conhecia bem toda a trajetória de discussão dos programas de Renda Mínima até porque em 1995 em outubro como prefeito de Belo Horizonte, de Ribeirão Preto eu estive falando com toda a equipe dele no gabinete e depois na Câmara Municipal de Ribeirão Preto, argumentando em favor da garantia de uma renda mínima, na época relacionada às oportunidades de educação.

Então eu tive um diálogo com Antônio Palocci que então ele explicou ao presidente Lula como era para ser instituído gradualmente, por etapas, é factível, pode sancionar, e o presidente Lula que data?

Entrevistadora: 2004.

Entrevistado: Que data?

Entrevistadora: Em 2004?

Entrevistado: Que dia?

Entrevistadora: 09

Entrevistado: 8 de janeiro de 2004, um dia antes da sanção do Bolsa Família, sancionou numa memorável cerimônia, você pode ler o pronunciamento do Lula, meu e do Felipe Vampares que estava presente na cerimônia sobre a importância, e então foi em 08 de janeiro de 2004 quando o presidente Lula sancionou a lei 10.835 e no dia seguinte a lei 10.836 de 2004 do Programa Bolsa Família, pra você ver como é a relação entre ambos, ou seja, aquela proposta de silenciar por etapas foi muito positiva para conseguir a aprovação da proposta, agora a fase em onze anos que eu estou tentando persuadir o poder executivo, primeiro o presidente Lula e agora a presidente Dilma para caminhar na direção, então se você quiser eu posso lhe dispor, acho que são dez cartas que desde junho de 2013 eu encaminhei a presidenta Dilma para que ela constitua um Grupo de Trabalho para estudar quais as etapas da transição do Programa Bolsa Família até que se tenha a Renda Básica de Cidadania.

Quando é que ela vai acontecer?

Entrevistadora: Bem, em princípio, uma vez sanada uma primeira etapa de redução da pobreza e, mas há a necessidade de criação de um fundo específico pra compartilhar a riqueza e aí ter a possibilidade de implementação do renda básica.

Entrevistado: Depende de quem para colocar em prática a Renda Básica de Cidadania?

Entrevistadora: Eu acho que da vontade política do poder executivo de fato.

Entrevistado: De quem mais? Você não se deu conta ainda?

Entrevistadora: Da sociedade em geral, da sociedade óbvio, mas.

Entrevistado: E, portanto de quem?

Entrevistadora: Do poder executivo, sociedade.

Entrevistado: Quer saber de quem mais?

Entrevistadora: Da presidenta?

Entrevistado: Não, de você.

Entrevistadora: Quando você apresentar uma tese muito persuasiva, escrever uma carta à presidenta, encaminhando a sua tese, dizendo que se trata de uma boa ideia e que está na hora de aplica-la. Viu a importância do seu trabalho?

E daí, mas ela vai lhe perguntar, mas porque é uma melhor ideia? E porque você tendo estudado Bolsa Família agora acha que vai ser melhor ainda a Renda Básica? Afinal o que aconteceu com o Bolsa Família?

Em 2003, perdão, em dezembro de 2004, haviam inscritos no programa Bolsa Família quantas famílias?

Entrevistadora: Eram 3,5 milhões e depois saltou para onze, quase treze milhões.

Entrevistado: E aí foi saltando ano a ano, para quatro e meio, cinco e meio, seis, sete, oito até atingir hoje cerca de 14 milhões de famílias, que você pode ver no site, um pouco mais de 14 milhões de família, último dado que está aqui nestes dados.

Entrevistadora: Que é do IPEA, eu tenho aqui o levantamento.

Entrevistado: E, você pode sempre atualizar a cada mês para a sua tese. Quatorze milhões de famílias, se considerarmos cerca de três e meio por família, dá quase cinquenta milhões de habitantes, quase um quarto dos duzentos e quatro milhões que somos hoje.

Nos anos 90 nós estamos com o coeficiente GINI de desigualdade superior a 0,60, o que nos colocava dentre os três países mais desiguais no mundo, em dois mil pra dois o coeficiente DINE estava por volta de 0,59, 0,58, depende de qual coeficiente GINI que você considera, mas ele foi diminuindo gradualmente até chegar a 0,50, 0,49, 0,50 em 2013, o último dado para o qual se tem, o último ano para o qual há dados disponíveis.

Você conhece muito bem hoje as regras vigentes do Bolsa Família, toda a família no Brasil se a sua renda familiar per capita não atingir. Toda família hoje, se a sua renda familiar per capita não atingir cento e cinquenta e quatro reais per capita, passa a ter o direito de receber o benefício do Bolsa Família. Se a renda familiar per capita não atingir sequer setenta e sete reais per capita, metade de cento e cinquenta e quatro, o benefício inicial é para a família, de quanto? Setenta e sete reais mais trinta e cinco, setenta, cento e cinco, cento e quarenta, ou cento e setenta e cinco reais se nesta família houver, uma, duas, três, quatro, cinco ou mais crianças até quinze anos e onze meses, mais quarenta e dois, e mais quarenta e dois se nessa família houver um ou dois adolescentes de dezesseis a dezoito anos.

Há condicionantes, se a mãe estiver grávida deve fazer o pré natal na rede pública de saúde até que nasça o nenê para ver como esta sua saúde e do nenê que vai nascer. Os pais devem levar as crianças até seis anos de idade na rede pública de saúde para realizarem as suas respectivas vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde.

Crianças de sete a quinze anos e onze meses tem que frequentar?

Entrevistadora: Escola, tem que estar matriculado

Entrevistado: Quantos? Oitenta e cinco por cento das aulas na escola. E os adolescentes? Setenta e cinco por cento das aulas nas escolas. A presidenta Dilma lançou desde 2011 a chamada Busca Ativa que consiste em conchamar os governos estaduais, municipais, as entidades da sociedade civil como os sindicatos, as federações de empresários, indústria e do comércio, nós cidadãos, o que você já fez, se soubermos de alguma família que poderia estar classificado como beneficiário do Bolsa família que ainda não esteja é nosso dever avisar para este pai, esta mãe: Você vai lá na Secretaria de Desenvolvimento Social e Assistencial da sua Prefeitura ou Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do seu município, se inscrevam porque você tem o direito de estar recebendo, além disso a presidenta Dilma lançou a partir de 2012, foi aperfeiçoado, melhorado pelo Congresso Nacional, o programa Brasil Carinhoso que diz o que? Se em cada família beneficiária do programa Bolsa Família, você sabe descrever?

Entrevistadora: O Brasil Carinhoso eu não conheço tanto, eu sei que está dentro do Brasil Sem Miséria.

Entrevistado: Você quer que eu diga?

Entrevistadora: Quero.

Entrevistado: Então, o Brasil Carinhoso, o programa diz o seguinte, se numa família considerada a renda da família, do pai, da mãe e de quem mais tiver renda na família e mais o benefício do Bolsa Família recebido por esta família tal como eu acabo de descrever e dividir esta soma pelo número de pessoas da família, não se alcançar setenta e sete reais per capita, então o governo federal complementara o que falta para se alcançar setenta e sete reais per capita. O que significa que se por acaso estivessem todas as famílias que em tese tem o direito ao Bolsa Família, efetivamente recebendo o Bolsa Família, com o complemento do Programa Brasil Carinhoso, então todas as pessoas hoje no Brasil hoje teriam uma garantia de renda mínima de pelo menos setenta e sete reais.



Como e que se chegou aos setenta e sete reais per capita?

Entrevistadora: Eu acho que pelo cálculo foi feito primeiro pela extrema pobreza, porque enfim tinha uma constatação de que a incidência de pobreza era maior entre famílias com crianças e jovens, atingia diretamente este público.

Entrevistado: Mas como se chegou a esta quantia de setenta e sete reais?

Entrevistadora: Tem um índice do Banco Mundial

Entrevistado: Que é?

Entrevistadora: O nome do índice eu não sei, mas é calculado pelo PNUD

Entrevistado: Que é de quanto por dia?

Entrevistadora: Um dólar por dia

Entrevistado: Um dólar e vinte e cinco centavos

Entrevistadora: Tem que atualizar os valores

Entrevistador: Não, um dólar e vinte e cinco centavos

Entrevistadora: Que é considerado a linha pobreza e miséria

Entrevistado: Que é considerado o índice quando ele foi instituído ele estava um dólar e

Entrevistadora: Um dólar por dia quando foi instituído

Entrevistador: Um dólar e vinte e cinco por dia estava valendo aproximadamente os setenta e sete reais e hoje não é um dólar e vinte e cinco, é um dólar e vinte cinco vezes trinta dias, então coloca ai um dólar e vinte e cinco vezes trinta dias dá?

Entrevistadora: Vai dar em torno disto, setenta e setenta e sete reais.

Entrevistado: Não, em dólar quanto dá? Um dólar e vinte e cinco vezes trinta, faz a conta eu estou pedindo.

Entrevistadora: Em tese, é isso trinta, vai dar em torno de trinta e sete

Entrevistado: Vou fazer a conta, vamos ver quem faz primeiro, trinta vezes um dólar e vinte e cinco dá trinta e sete e cinquenta, é isso que você falou?

Entrevistadora: É, trinta e sete

Entrevistado: Trinta e sete e cinquenta dólares que na época em que foi calculado dava cerca de setenta e sete, mas hoje se multiplicarmos trinta e sete e cinquenta pelo valor do dólar de ontem, bom ontem o valor de dólar de venda sem considerar, o turismo estava pra vender 3,393 o paralelo 3,437 mas o comercial de venda 32115, então quanto deu a sua conta?

Entrevistadora: Eu não estou fazendo aqui não, estou olhando , mas quanto estava o dólar? 32115?

Entrevistado: 3,2115. Você sabe fazer pelo celular?

Entrevistadora: Sei.

Entrevistado: Pode fazer pelo celular ou na mão também.

Entrevistadora: Eu fiz aqui também, mas pode ser que tenha feito errado

Entrevistado: Quanto deu?

Entrevistadora: Estou somando é muito número, cento e vinte reais.

Entrevistado: Você fez trinta e sete e cinquenta vezes

Entrevistadora: Vezes o preço do dólar

Entrevistado: 3,215? Então eu errei na conta, deu cento e dezoito e pouco, então hoje se for considerado o padrão de um dólar e vinte e cinco como índice de pobreza extrema per capita por dia, nos teríamos que ajustar este valor para cento e vinte reais aproximadamente, é um dado relevante isto, tendo em conta que recentemente houve um aumento significativo do índice de preço da economia.

Bom, embora eu tenha sugerido a presidenta Dilma que ela constitua um grupo de trabalho para estudar as etapas em direção a Renda Básica de Cidadania, nós estamos conscientes, eu estou que a situação hoje é muito difícil e se passar do programa Bolsa Família que inclusive está com o valor de setenta e sete reais bastante já inferior ao indicador de pobreza absoluta pela, de um dólar e vinte e cinco, então nas circunstancias presentes em que o governo se vê instado a cortar despesas para obter um equilíbrio da situação financeira, então não é a toa que a presidenta não me recebeu ainda.

No meu ultimo encontro com ela, quando ela foi reeleita e recebeu o seu diploma eu fui cumprimentá-la e na fila de cumprimentos, quando eu falei: presidenta, meus cumprimentos por tão bonita vitória, ela falou: Eduardo me dê um abraço. Eu dei um abraço e um beijo e carinhosamente disse: presidenta eu gostaria muito de poder ser recebido pela senhora , acredito que seja justo por ser um senador do Partido dos Trabalhadores, estou pedindo uma audiência a tempo, e antes que termine o meu mandato. Ela disse: é mais do que justo Eduardo, quando termina o seu mandato ? Trinta e um de janeiro. Então vamos marcar.

Mas chegou dezembro ela precisou dialogar e chamar os trinta e nove ministros e quando estava para terminar o trinta e um de janeiro, mês de janeiro eu informei ao Beto Albuquerque, ao Beto Vasconcelos responsável pelo gabinete agora ele é Secretario Nacional de Justiça, que eu estava na expectativa conforme ela havia me prometido, mas daí ocorreu à necessidade de substituir toda a diretoria da Petrobras naqueles últimos dias de janeiro e o Beto me disse: É impossível Eduardo.

Da última vez que eu a encontrei aqui em São Paulo foi na Feira Internacional da Construção Civil onde ela fez uma palestra e daí ao terminar o cerimonial me disse: venha cumprimentar a presidenta eu fui lá e disse: ela me disse, Eduardo você estava aí?

Eu disse: Estava na primeira fila diante da tribuna de onde a senhora falou.

Ela disse: Como estava à luz forte no olho não deu pra ver quem estava ali na frente. Ela sabia que eu ia insistir na audiência e falou: Eduardo não é que eu não queira te receber, mas o que você me pede é impossível agora.

Eu falei: Presidenta, eu não estou pedindo que seja instituído já, estou dizendo para fazer um grupo de trabalho para saber se é possível em dois, três, cinco anos ou mais anos.

Aí então vou recebê-lo em junho. Eu falei: Presidenta então eu queria pedir se for possível que eu seja recebido antes do dia vinte e um de junho que é meu aniversário, vou fazer setenta e quatro anos.

Ela falou: Então vai ser dia 20 de junho com bolo. Vamos aguardar e antes de você concluir a tese eu vou lhe contar o que aconteceu. Só que vinte de junho eu percebi no calendário é sábado, mas se for na semana antes do vinte e um pra mim está valendo, e daí vou completar a historia pra você, ok? É um compromisso.

Entrevistadora: Eu volto pra ouvir.

Entrevistado: Depois do dia vinte um você me liga e daí, mas o que eu preciso transmitir a ela na nossa conversa, presidenta porque eu acredito que é melhor ainda a Renda Básica de Cidadania do que o Bolsa Família? O Bolsa Família contribui para diminuir a pobreza absoluta, a pobreza extrema, pobreza absoluta e a desigualdade, ainda assim nos somos o décimo sexto país mais desigual do mundo hoje, você pode atualizar seus dados vendo os dados do Banco Mundial e quando esteve aqui o professor Tomas Piqueti, autor do Capital no Século XXI, ele chamou a atenção de um estudo feito pelo professor Medeiros e outros da Universidade de Brasília que esta aqui citado, que mostraram que quando se observa os dados não apenas do PNAD mas da Receita Federal referente aos rendimentos e ao patrimônio das pessoas, que de 2006 a 2012 não houve diminuição da desigualdade, ela permaneceu estável, esta citado aqui e você pode consultar o estudo do Medeiros.

Em sendo assim mais relevante ainda é caminharmos para a Renda Básica de Cidadania o quanto antes. E porque, porque é melhor a Renda Básica do que a garantia de uma renda através de um imposto de renda negativo ou do programa Bolsa Família que é também uma forma de Imposto de Renda negativo e com outras condicionalidades além da renda.

Primeiro, porque é muito mais fácil de compreender o que é Renda Básica, para explicar o Programa Bolsa Família as suas regras e até o Programa Brasil Carinhosos eu precisei de aproximadamente cinco minutos, se você escrever uma carta à presidenta mostrando a sua tese que vai ser muito persuasiva e ela constituir este grupo de trabalho que recomendará a ela, não dá pra fazer em 2015 ou 2016, mas quem sabe as vésperas da nova visita do Papa Francisco ao Brasil em 2017, porque ele disse que viria outra vez por ocasião dos 300 anos do aparecimento de Nossa Senhora de Aparecida e como ele falou aqui palavras tão significativas de apoio ao combate à pobreza extrema e absoluta e de como construir uma sociedade mais justa, quem sabe persuadida por sua tese, diga a presidente em dezembro de 2017: a partir de janeiro próximo todas as pessoas no Brasil não

importa a sua origem, raça, sexo idade, condição civil ou mesmo sócio econômica, inclusive os estrangeiros aqui residentes há cinco anos ou a mais como diz a lei, passaremos a ter o direito, todas as pessoas, inclusive os estrangeiros com cinco anos ou mais passarão a ter direito de receber uma renda suficiente, na medida do possível para atender as necessidades vitais de cada um e que para começar vai ser um pouco melhor do que garantia o Bolsa Família.

Então vamos pensar pra começar em oitenta reais per capita por mês a partir de janeiro de 2017, mas um dia vai ser cem, um dia, duzentos, um dia quinhentos, um dia mil, mais e mais com o progresso da nação, e a ninguém será negado, então você vai perguntar no seu dialogo com a sua banca: o que é mais fácil de compreender, as regras do Bolsa Família ou a Renda Básica de Cidadania, que resposta você vai obter?

Entrevistadora: Espero que seja a Renda Básica de Cidadania.

Entrevistado: Primeira vantagem, muito mais fácil de compreender, mas há outras; eliminamos inteiramente a burocracia envolvida em se ter que saber quanto cada um ganha no mercado formal ou informal, eliminamos o fenômeno do estigma ou de vergonha da pessoa precisar dizer: eu só recebo tanto por isso mereço tal complemento de renda, eliminamos o fenômeno da dependência que acontece quando se tem um sistema que diz, quem não recebe até tal patamar tem o direito de receber tal complemento e a pessoa está para decidir, vou ou não iniciar esta atividade que vai me render este tanto? Mas se eu iniciar e receber este e vem o governo e me tira o que eu estava recebendo naquele Programa , então eu talvez desista e entro na armadilha da pobreza e do desemprego, mas se todos iniciarmos na renda Básica em diante sempre haverá o estímulo ao progresso, então você quer me convencer de que devemos pagar um renda até para quem por ventura não estiver trabalhando?

E nem queira trabalhar, será que não vamos estimular a ociosidade? O que vamos fazer com as pessoas que tem uma tendência inarredável a vagabundagem? Você vai perguntar pra sua banca.

Pensem um pouco, todos nos amamos fazer uma porção de atividades, homens e mulheres mesmo sem remuneração no mercado, as mães quando estão amamentando seus nenês a qualquer hora do dia da noite da madrugada com todo carinho, nós pais e mães quando estamos cuidando de nossas crianças pra que bem se alimentem, não se machuquem , quando nossos pais estão mais velhos precisam da nossa atenção, nos o fazemos. Nas associações de bairros, nas igrejas de todas as denominações, nos centros e diretórios acadêmicos quantos de nós não estamos sempre realizando atividades porque nos sentimos úteis.

Você quando estava cuidando ali das famílias que recebem o Bolsa família, quando pensamos também em certos aspectos da nossa historia, o fato de que por mais de trezentos anos, milhares de trabalhadores foram arrancados de sua terra natal na África para que virem ajudar na acumulação de capital de tantas famílias, sem que recebessem qualquer remuneração que não fosse viver numa senzala e terem uma expectativa de vida pouco superior a trinta anos de idade ou quando pensamos em aspectos do Brasil moderno o presidente Lula costumava dizer: parece que Deus é brasileiro, veio morar no Brasil e ajudou a Petrobras a encontrar no fundo do oceano Atlântico enorme reserva petrolífera , a camada Presal, que vai nos ajudar a erradicar a pobreza absoluta, a desenvolver o Brasil do ponto de vista da educação, da cultura, da ciência, da tecnologia, da saúde, a constituição brasileira assegura o direito à propriedade privada o que significa que aquela pessoa que detem a propriedade de uma fábrica, de uma fazenda, de um hotel de um restaurante , de um banco, de titulo financeiros de propriedade

imobiliárias ela pode receber juros, lucros, alugueis, por acaso diz a nossa lei maior que para uma pessoa receber juros, lucros, alugueis, rendimentos de um capital , que ela precisa necessariamente comprovar que esteja trabalhando? Comprovar que suas crianças e adolescentes estejam indo a escola?

Então se asseguramos aos mais ricos o direito de receber tais rendimentos sem tais, condicionalidades, porque não estendemos a todos ricos e pobres o direito de todos podermos receber pelo menos um pouco da riqueza comum da nossa nação? É uma questão de bom senso, mas qual é a maior vantagem da Renda Básica de Cidadania, me diga?

Entrevistadora: Em principio o que eu acho é que neste sentido ela favorece de fato quem precisa, desburocratiza, eu fico sempre com receio de discutir isso em cima da questão da concentração de renda, porque se é pra todos , obviamente que quem recebe mais vai ter uma complementação de renda, mas quem recebe menos vai ter um direito de receber a mesma coisa, só não acho que isso.

Entrevistado: Qual a maior vantagem que eu ainda não mencionei e que você sabe. Já ouviu falar?

Entrevistadora: Agora eu fiquei pensando em outra questão, mas talvez distancie, mas enfim,

Entrevistado: Quer que eu diga?

Entrevistadora: Quero.

Entrevistado: É do ponto de vista da dignidade e da liberdade real do ser humano, do ponto de vista de que nos fala, você deve ser o livro, Amartiansean, Desenvolvimento como Liberdade onde ele diz que desenvolvimento se for pra valer deve significar maior grau de Liberdade para todos na sociedade, Amartiasen no começo de desenvolvimento como Liberdade, conta a história de quando ele era menino, morava numa boa casa ali onde seu pai era professor na Índia, hoje Bangladesch, e certo dia estava brincando no jardim da sua casa quando entrou portão adentro um trabalhador gritando por socorro e ele chamou por seu pai que logo veio, Cardemi sido esfaqueado nas costas então ele acompanhou seu pai a levar Cardemi ao hospital, no caminho ele disse: bem que minha mulher tinha me avisado pra não vir a este lugar , tão caracterizado por conflitos étnicos, mas eu não tive outra alternativa senão encontrar um trabalho aqui que me desse o sustento da minha família.

E quando chegou no hospital Cardemi teve uma forte hemorragia e veio a falecer. Então disse Amartisen aquele trabalhador, Cardemia não tinha liberdade real, ele precisou colocar a sua vida em risco para conseguir a sobrevivência da sua família.

Aquela jovem que por falta de alternativas para dar de comer em casa, resolve vender o seu corpo, aquele jovem que pela mesma razão resolve se tornar o aviãozinho da quadrilha dos narcotraficantes como personagem do Homem na Estrada do Mano Brown dos Racionais MCs, por isso eu procuro demonstrar isso com a musica, com a canção o Homem na Estrada esta pessoa o dia em que houver a Renda Básica de Cidadania para ela própria e para cada um da sua família, ela vai ganhar o direito de dizer não, agora eu não vou aceitar esta única alternativa que me surge pela frente, mas que vai ferir a minha dignidade, colocar a minha saúde e vida em risco. Eu agora vou aguardar um tempo quem sabe fazer um curso aqui no Pronatec ou na FATEC, na Faculdade ou no Ensino Técnico que me for oferecido até que surja uma oportunidade mais de acordo com minha vocação e com a minha

vontade, é neste sentido, pois que a Renda Básica de Cidadania elevará o grau de liberdade e dignidade para todos.

Com respeito ao financiamento é importante ressaltar que de qualquer forma de riqueza gerada numa comunidade, num município, num Estado num País, num Continente, nós sempre poderemos separar uma parcela para instituir um fundo que a todos pertencerá.

Quem é que há mais de duzentos anos mostrou isso com muita clareza, que você conhece? 1795.

Entrevistadora: Não consigo lembrar

Entrevistado: Quer que eu te lembre? Mas depois você vai ler no meu livro?

Entrevistadora: Eu vou ter que retomar o seu livro

Entrevistador: As vinte páginas aonde está a Justiça Agrária de Thomas Pean onde ele mostra que a pobreza tem a ver com a civilização e a instituição da propriedade privada, ali na América aonde ele tinha estado antes da independência, não conseguiram enxergar tamanha destituição de pobreza quanto nas vilas e cidades europeias de então, mas por quê?

Por que na América a propriedade era comum dentre os índios. Mas ele considerava de bom senso que uma pessoa que cultive a terra realize benfeitorias na terra possa usufruir do seu trabalho na sua propriedade, mas era o seu plano que toda pessoa que assim o fizesse destinasse uma parcela de seu rendimento para um fundo que a todos pertenceriam e deste fundo uma vez acumulado, se pagaria a cada pessoa residente naquele país, tanto uma renda básica quanto, tanto um capital básico quanto uma renda básica, a ninguém seria negado, como um direito inalienável de todos partilharem da riqueza comum daquela nação.

E quem é que aplicou isto sem ter lido, Thomas Pean, tão bem?

Entrevistadora? Uma experiência que você relatou

Entrevistado: Quem que aplicou? Qual a experiência que existe? Você sabe já me ouviu falar. Mas eu vou falar.

Entrevistadora: Que queria que você dissesse.

Entrevistador: Eu vou falar. No início dos anos sessenta o prefeito de uma pequena vila de pescadores chamada Bristol Bay, observou que de lá saía uma grande riqueza na forma da pesca, boa parte da população ainda vivia de maneira muito pobre, então ele disse aos seus concidadãos: vamos criar um imposto de três por cento sobre o valor da pesca para instituir um fundo que a todos pertencerá.

Mas imposto, são contra! Uma enorme resistência. Precisou cinco anos para persuadir a comunidade e uma vez instituído deu tão certo que dez anos depois ele se tornou governador do Estado do Alasca, Jay Raimond eleito em 1974 e em 1976 disse ele aos seus trezentos mil concidadãos, tendo em vista que ao final dos anos sessenta ele, o Alasca havia encontrado enorme reserva petrolífera na baía de Pludow, ao norte, então ele disse aos seus trezentos mil habitantes: nós precisamos pensar não só apenas na geração presente, mas na vindoura porque o petróleo como outros recursos naturais não é renovado. Vamos separar pelo menos 25% dos royalties

decorrentes da exploração dos recursos naturais, para instituir um fundo que a todos pertencerá e ele quis que todos debatessem e votassem a proposta.

Trinta e oito mil disseram sim, setenta disseram não, setenta e seis mil disseram sim, dois pra um venceu, e a partir de então aqueles vinte e cinco por centos dos royalties, por alguns anos foram 50% dos royalties decorrentes da exploração dos recursos naturais passaram a ser investida no Fundo Permanente do Alasca, renda fixa, ações de empresas do Alasca contribuindo para diversificar sua economia, dos Estados Unidos, internacionais inclusive, pode verificar no site do Alasca Permanent, de 96 empresas brasileiras, como a Vale do Rio Doce, Itáú, Bradesco, Banco do Brasil, Petrobras, o que significa que nos colaboramos pra isso ocorrer lá em empreendimentos imobiliários e o Fundo Permanente do Alasca evoluiu de um bilhão de dólares no início dos anos oitenta para cinquenta e dois bilhões de dólares hoje.

E cada pessoa residente no Alasca há um ano ou mais desde que entre primeiro de janeiro de e trinta e um de março tenha preenchido um formulário, uma pagina só, sou fulana de tal, resido em tal endereço, se viajei foi por tal e qual motivo, no ano passado eu fui até o Alasca verificar se o que o senador Eduardo Suplicy me contou, para aperfeiçoar a minha tese verifiquei que era bom, aperfeiçoei a minha tese e gora vou conseguir convencer a presidenta Dilma, mas estou morando aqui há um ano a mais, trabalho em tal lugar, não precisa dizer qual a sua remuneração ou seu patrimônio, igual pra todos, poucas perguntas adicionais, preencham por suas crianças até dezoito anos e por elas recebem.

Duas pessoas que lhe conhecem testemunham se esta declaração é verdadeira, quem assim procedeu no final de setembro, começo de outubro, por transferência eletrônica na sua conta bancária ou se preferir por cheque enviado a sua residência, se lá estivesse desde os anos oitenta teria recebido primeiro, trezentos, depois quatrocentos e pouco, quinhentos e pouco e em dois e oito quando o preço do petróleo foi lá pra cima, foi o maior dividendo pago até hoje, três mil e duzentos e vinte e seis dólares por pessoa, pai, mãe, três crianças, dezesseis mil e poucos dólares, pelo direito de todos partilharem da riqueza do estado do Alasca.

Se os 25 ou 50% dos royalties tivessem sido destinados aos proprietários das empresas de petróleo, certamente iria concentrar riqueza, mas uma parcela disso passou a ser igual para todos.

Qual foi a consequência? O estado do Alasca em 1980 tinha o maior coeficiente DINE, era o mais desigual aos 50 estados norte-americanos, agora dos mais igualitários.

No ultimo dado que eu tinha recente o coeficiente DINE dos Estados Unidos era 0,47 distrito de Columbia, onde fica Washington DC o mais desigual 0,533, o maior que o nosso atualmente, o estado do Alasca estava em 0,40 um dos mais baixos.

É de bom senso, em 2005 quando eu estava presente no congresso americano da renda básica, em Washington DC eu apresentei a evolução da proposta da renda básica no Brasil como eu estou lhe falando hoje e estava na mesma mesa redonda e contou esta historia que eu acabo de lhe contar o ex-governador Jay Raimond que faleceu em 2005 aos 83 anos.

Quando ele terminou eu perguntei a ele: Quando o senhor apresentou esta proposta para os habitantes de Bristol Bay depois do Alasca, hoje são 700 mil o senhor tinha lido Thomas Pean?

Ele falou: não. O senhor aplicou as ideias que o maior ideólogo da revolução americana e francesa Thomas Pean escreveu em 95. Thomas Pean nasceu em 1934, na Inglaterra, tornou-se amigo de Benjamim Franklin aquele que inventou o para-raios, antes só se usava monoclino, inventou os óculos um homem muito influente que persuadiu o Thomas Pean de ir para a América antes da independência aí o presidente George Washington escreveu a um amigo, que nenhum outro ensaio tivera tamanha repercussão sobre a mente dos americanos para lutarem por sua independência quanto como o publicado em janeiro de 1776 e distribuído pelas ruas da Filadélfia das treze colônias em janeiro de 1776 numa tiragem fantástica pra época, 150 mil exemplares, seis meses depois, em 04 de julho os americanos proclamaram a sua independência o que dizia Thomas Pean, contraria o bom senso que uma ilha domine um continente, mas proclamada a independência ele começou a se sentir tão perseguido por suas ideias consideradas tão ousadas e progressistas que precisou se sentir com a necessidade de voltar para sua terra natal na Inglaterra.

Mas chegando lá começaram a queimar os seus livros, imagine este homem responsável pela perda da nossa principal colônia e então ele resolveu ir para a França e de tal maneira se engajou nos ideais de luta da igualdade, liberdade e fraternidade que três meses depois da Revolução Francesa de 1789, apesar de ser um estrangeiro foi eleito constituinte francês e nesta qualidade escreveu Justiça Agrária para o diretório e para a assembleia nacional da França, está traduzido em vinte páginas do meu livro.

Você já leu?

Entrevistadora: Eu vou reler na verdade.

Entrevistado: O que vai acontecer no ano que vem em 2016 de tão relevante para a sua tese?

Entrevistadora: Bom, acho que a primeira coisa é convencer a presidenta

Entrevistado: Não, em 2016, um acontecimento importante que vai fazer 500 anos

Entrevistadora: Não sei.

Entrevistado: Em 1516 você sabe muito bem, já te contei

Entrevistadora: O que vai acontecer?

Entrevistado: Eu já te contei, vão ser comemorados os 500 anos de Utopia de Thomas Moor, te contei não foi?

Entrevistadora: Sim.

Entrevistado: E o que Thomas Moor contou em Utopia?

Entrevistadora: Sobre as comunidades que viviam de maneira igualitária, em Utopia de Thomas Moor

Entrevistado: Mas o que estavam conversando o cardeal arcebispo, o Rafael Eptolodeu, o português viajante, Eptolodeu é um contador de histórias em grego e um outro personagem que era acho o Thomas Moor, o que eles estavam conversando? Sobre a pena de morte que instituída na Inglaterra naquela época não colaborava para diminuir a criminalidade violenta. Os assaltos, os roubos e os assassinatos. Então o que é que disse Rafael



Eptolodeu: Muito mais eficaz do que infringir estes castigos horríveis a quem não tem outra alternativa do que tornar-se um ladrão para aí ser transformado em cadáver e você assegurar a sobrevivência das pessoas e com base nesta observação, nesta reflexão um amigo de Thomas Moor, Juan LUIS Vives escreveu para o prefeito da cidade flamenga de Bruges nos Países baixos na Bélgica, e pela primeira vez na história propôs a garantia de uma renda que de alguma forma foi aplicada em Ipres, você pode ver na Enciclopédia Britânica, em 1526, em 1984 Felipe Vampares naquele seu trabalho que ganhou o premio relatou tudo o que aconteceu com Thomas Moor, Thomas Pean.

## APÊNDICE II

**Entrevistadora:** Bom Dia, eu queria que você se apresentasse e contasse um pouco da sua trajetória, e dentro da sua trajetória como você começou a lidar com o tema da redução, do combate à pobreza, e dentro da trajetória brasileira de passar a discutir a partir dos objetivos do milênio como uma meta importante a ser combatida e aí de como foi o seu processo de participação ou de formulação no programa Bolsa Escola, apontar críticas, apontar os pontos positivos, tratar um pouco de fora uma estrutura de funcionamento do programa.

**Entrevistado:** Bom só pra começar dizendo que eu vinha de uma área que não era uma área de trabalho executivo era uma área de assessoria parlamentar, e acompanhei muito, muito de perto, talvez o principal marco de transformação contemporânea de educação no Brasil que foi a criação do FUNDEF, o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental.

Na época o ministro era o Paulo Renato, o secretário executivo era o Barjas Negri e foi encaminhado um projeto de lei a Câmara e eu participei ativamente da discussão deste projeto como assessor parlamentar do planalto, na época eu era assessor parlamentar do presidente Fernando Henrique e o que era o projeto? O projeto consistia em ampliar os recursos fundo a fundo com os municípios que ampliassem as vagas de educação fundamental de tal sorte que nos pudessemos efetivar o preceito constitucional da educação, da universalização do ensino fundamental, da educação, a universalização da educação.

O Brasil não conseguia universalizar a educação, nos estávamos com 85%, 86% de crianças na escola em 95, porque não tinha vaga e as pessoas esquecem como se dão estes processos. Até 98, 97 ainda tinham matérias, reportagens que mostravam filas e filas e filas de mães dando voltas e voltas nos quarteirões das principais cidades brasileiros, para conseguir madrugando uma vaga no ensino fundamental do seu filho e isso acabou no Brasil e as pessoas não se dão conta disto, claro, cada conquista, uma vez conquistada você já parte para outra conquista, você não fica valorizando o que já foi conquistado.

Mas a verdade é que o FUNDEF nesta discussão de aprovação tinha muita dúvida da eficiência dele e mais uma vez se usou a lógica racionalidade capitalista de dar dinheiro em troca de alguma contrapartida.

E o que é que era dar dinheiro? O governo federal dá mais dinheiro para os municípios que ampliem as suas vagas até a universalização do ensino fundamental.

Isto fez com que, aliás, vou fazer uma piada, mas, diga-se de passagem, dizem que a parte mais racional do ser humano é o bolso, quando os prefeitos perceberam que eles poderiam ganhar mais dinheiro no fundo de educação municipal se eles ampliassem vagas, eles começaram a ampliar vagas, porque era mais recurso entrando pra cidade, era mais investimento local, descentralizado mais pequenas obras, mais gente trabalhando, enfim, era uma forma de desconcentrar os recursos, é uma forma de transferência de renda governo fundo a fundo, para investimento local.

Isso resultou que em quatro anos o Brasil saltou de 84, 85, 86% de crianças na escola para 97, 98%. Na verdade eu não me lembro do número exato, mas nos ampliamos em quatro anos 20 ou 25% do número de vagas de ensino fundamental no Brasil.

Não é que foi vinte e cinco por cento de vagas digamos, sei lá, a universidade que é 4% de acesso, foi no ensino fundamental que já era a maior base da educação brasileira e aumentou vinte e cinco por cento, e isso é um negócio que aconteceu graças ao dinheiro, dinheiro repassado da União aos municípios vinculados a isto.

Em 98, 99 no início do segundo governo do presidente Fernando Henrique eu sou convidado para ir pro MEC trabalhar com o Paulo Renato. O Brasil tinha um programa chamado CREDUC crédito educativo, e o programa era um programa falido e não tinha recurso não tinha mais potencial de financiamento.

Paralelo à expansão do ensino fundamental, o Ministro Paulo Renato planejou dois outros passos para serem consolidados em dez anos, isso na primeira LDB que era em seguida universalizar o ensino médio e em seguida ampliar o acesso ao ensino superior.

Ocorre que o ensino superior sempre tinha uma pressão muito grande, ocorre que todas as partes da formação o maior gargalo se concentrava no ensino superior, ou seja, era o mais digamos excludente do ponto de vista de acesso. E o governo estava investindo o recurso do Ministério no ensino fundamental, na base e depois ia investir no médio, então a universidade realmente era algo que estava longe do horizonte naquele momento.

Mas para responder a pressão do segmentos universitários e enfim, e do acesso à universidade, como a ampliação do ensino universitário público chegava a ser três vezes e meia maior de investimento mais cara do que ampliar o número de vagas de ensino privado, particular, houve uma opção clara do governo que foi a seguinte: olha nos vamos manter as universidades públicas federais, mas nós vamos fazer a ampliação do ensino superior pelo ensino privado, por quê? Porque houve um cálculo feito pelo Ministério, um cálculo matemático que para ampliar o número de vagas no ensino superior necessárias para fazer frente aquela demanda, com os recursos disponíveis naquela época, nos íamos demorar vinte, vinte e cinco anos e se fosse através de fonte de financiamento do ensino superior privado, com recursos privados a gente conseguiria fazer isso em cinco.

Ou seja, o potencial de investimento privado no ensino superior inclusive de recursos internacionais, poderia ajudar a ampliar o número de vagas numa velocidade quase vinte anos menor do que se fosse ampliar a mesma quantidade de vagas só de universidade federal. Fora que era mais barato, então essa foi uma opção, e se fez isso, e pra se fazer isso era preciso criar um sistema de controle, senão vira a casa da mãe Joana, foi aí que nasce a ideia do provão, a ideia do INEP de fazer a avaliação do ensino superior através das comissões de avaliação, que eram comissões externas as universidades, aí é que nasce a nota das provas, que depois vem também com a inclusão do ENEM como processo seletivo, aí nasce às notas de avaliação curricular de curso, as notas das universidades, elas passam a ser ranqueadas, elas passam a ter um controle externo do Ministério da Educação em relação a vagas e cursos.

Feita esta montagem de avaliação, digamos pública sobre o ensino privado, era necessidade criar fontes de financiamento público para que o aluno carente pudesse ingressar na Universidade sendo ela privada.

Se fosse pública já estava sendo financiada se fosse privada precisava de uma fonte de financiamento, então eu fui convidado pra pensar numa fonte de financiamento, um novo programa que fizesse frente a este momento que a gente estava vivendo.

Eu elaborei o FIES o financiamento estudantil. É o que era o FIES? O FIES era um programa, a prova de ingerência política, era um algoritmo, ele era um sistema que respondia proporcionalmente a distribuição de recurso vaga, proporcional ao numero de inscitos por vaga por universidade e distribuía os recursos de forma a ir atendendo o maior numero de pessoas possíveis.

A gente vendeu a carteira do CREDUC que era uma carteira de credito podre, que tinha um bilhão e oitocentos milhões reais a receber pra Caixa e em troca a Caixa nos deu um bilhão de dinheiro limpo novo e o FIES começou então com um recurso da ordem de um bilhão e a gente começou a financiar os estudantes carentes, porque tinha que ter renda de até meio salário mínimo per capita e tinha que ter fiadores solidários, ou seja, pai, mãe, tio, tia, avó que pudesse se solidarizar com a dívida porque a logica do FIES era pra ser, que é uma lógica que a gente trouxe da Colômbia, quer era pra ser um programa de crédito solidário, ou seja, eu te empresto hoje, você me devolve amanhã e eu empresto para outra pessoa.

O dinheiro do fruto do seu trabalho vai ajudar outra pessoa a estudar, esta logica solidária era a logica de que você recebe o credito em quatro anos devolve em seis, ou seja, devolve uma vez e meia o período em que você estudou e este dinheiro devolvido pra o fundo vai financiar um outro jovem, esta era a lógica.

E os alunos compreenderam bem está logica no inicio, a gente entregou para o governo Lula cento e sessenta mil estudantes sendo financiados pelos FIES, isso em 2003, e agora eu vi que em 2013, ou 2014, início de 2014 a presidente Dilma entregou acho que o FIES de numero um milhão.

Então o programa realmente ele foi exitoso, ele cumpriu aquilo que foi imaginado que era financiar alunos carentes do ensino superior privado, e ele tinha um componente muito interessante que ele de alguma forma, neste algoritmo, você podia regular um pouco mais de recursos como se fosse uma torneirinha, um pouco mais de recursos, por exemplo, pros os cursos de licenciatura. Como a LDB dizia que no futuro todos os professores tinham que ter ensino superior inclusive os da rede fundamental, o ministro Paulo Renato orientou o FIES pra colocar um percentual a mais de recursos para a formação dos cursos de licenciatura que traziam duas vantagens: uma que eram cursos mais baratos do que de medicina, engenharia e se eu financiar mais cursos de licenciatura, primeira vantagem; eu tenho mais professores e segundo eu consigo financiar mais gente porque os cursos são mais baratos e os recursos é o mesmo.

Então foi muito legal isso, eu acho que teve uma inteligência no programa, pras universidades era maravilhoso, por quê? Porque pra convencer as universidades a aceitar o dinheiro do Fies o que a gente fez? A gente permitiu que nas universidades comunitárias, a Ubra, as católicas etc., e as universidades filantrópicas tipo Mackenzie, enfim, todas, o Rio Grande do Sul tem muita, a Universidade do Passo Fundo, as universidades comunitárias e as filantrópicas sem fins lucrativos, porque a gente privado a gente pensa sempre o empresário, mas o Brasil tinha a maior rede de universidades privadas do Brasil eram filantrópicas não eram empresariais, isto é um dado importante, essa ideia de universidade como empresa ela vem um pouco depois com a chegada das universidades internacionais comprando aqui as universidades brasileiras, a UNIP, a UNIP não a Anhembi Morumbi, que se transforma em Anhanguera, grandes conglomerados educacionais, mas ate então a maior parte deste financiamento do FIES nos primeiros dois anos fora para universidades comunitárias e filantrópicas e estas universidades então elas não pagavam a cota patronal do INSS e a gente permitiu que o FIES a gente pudesse pagar as universidades com títulos do FIES que pudessem ser devolvidos para o governo pra quitar dividas de

impostos governamentais, tipo imposto federal, receita e INSS a cota dos trabalhadores, dos professores tudo isso tinha a sua aposentadoria paga com o recursos, paga a contribuição com o recurso do FIES, então, enfim, foram três lógicas funcionando simultaneamente e que eu acho que deu um grande resultado.

A lógica, das três lógicas, a lógica econômica que é está de trocar títulos por dívida ou por pagamentos ela foi à base fundamental do PROUNI. Outro dia eu falei isso num debate e a pessoa falou: não, o PROUNI não tem nada com isso. Tem sim, porque a matemática, a fórmula do PROUNI do ponto de vista de financiamento das universidades é a mesma do FIES. Você troca que é diferente, o PROUNI é diferente do FIES em várias coisas, aliás, na maioria das coisas, mas na fórmula de financiamento a inspiração do PROUNI é o financiamento do FIES para as universidades.

E o PROUNI também fez com que tivesse uma expansão, a gente fala muito da expansão do ensino superior privado no governo Fernando Henrique, mas no governo Lula e no governo Dilma ela só se ampliou, não é que ela parou ou regrediu, ela só se ampliou, é que no governo Dilma e Lula também se ampliou o ensino superior público, mas o ensino privado continuou crescendo e aí a minha crítica e aí termino pra entrar no ensino fundamental.

E aí eu faço uma crítica muito dura a sequenciado governo Fernando Henrique, Paulo Renato com a entrada do Haddad, porque a obrigação que estava prevista na LDB era a universalização do ensino médio. O governo não fez o Haddad não fez o governo Lula não conseguiu universalizar o ensino médio, houve uma clara opção pelo ensino superior então ficou um gap, você tem o ensino fundamental aqui universalizado, o ensino superior numa grande expansão, mas no meio ficou um pouco técnico, um pouco regular, mas hoje você tem, não sei exatamente, mas entre 20 e 25% dos jovens em idade escolar para o ensino médio fora do ensino médio porque não tem vaga, não tem vaga.

E aí discussão é sempre assim no campo político, mas isso era responsabilidade dos Estados. Bom, mas o ensino fundamental era responsabilidade dos municípios e quem assumiu a fonte de financiamento foi a União.

Então aqui não se trata de quem é a responsabilidade, a responsabilidade é dos governos. Tem que universalizar o ensino médio? Tem que vir uma ordem de Brasília: Olha nós vamos universalizar o ensino médio, está é a política brasileira, nós vamos financiar esta universalização fundo a fundo.

Então hoje o Brasil completa 2015 sem ter conseguido cumprir a segunda parte da lição de casa que era universalizar o ensino médio.

Agora o que aconteceu? Eu saí do ensino superior e fui trabalhar no ensino fundamental, em 2000. Por quê? Por que em 2000 nós o congresso nacional sob a liderança na época do Senador Antônio Carlos Magalhães aprovou um dinheiro extra chamado Fundo Social de Emergência. O Fundo Social ele nada mais era do que um acréscimo na CPMF que era o imposto sobre cheque que financiava somente a Saúde, que era um imposto de 1%, acho que era 1% e aí se colocou 0,8 milésimos então ficou 1,8, e este 8 milésimos era um dinheiro pra financiar o combate à pobreza, prevendo em dez anos acabar coma extrema pobreza no Brasil, ou seja, nos chegaríamos em 2010 sem pessoas vivendo na extrema pobreza.

Era muito dinheiro na época, se falar em dinheiro de hoje, você acha que realmente é muito pouco, mas na época dado a escassez ainda dos recursos, as diversas crises econômicas, o Brasil ainda vivia um período de ajuste, muita restrição monetária porque a gente vinha de um período inflacionário brutal, então tinha que acabar com a cultura da inflação, tinha que acabar com a cultura do gasto sem receita, tinha que mudar a história do país. Talvez em algum momento o próprio ministro Malan tenha sido duro, mais duro do que o necessário, mas é aquela história da mudança de comportamento, às vezes você tem que ser mais duro para a pessoa mudar o comportamento, senão ela não entende a necessidade de mudança.

Tinha a lei de responsabilidade fiscal que restringia os gastos do governo de forma muito draconiana, muito dura e de repente aparecem 4 bilhões de reais do nada, quer dizer do nada não, do bolso de quem, na verdade um imposto que muitos consideram injustos, eu considero um imposto muito inteligente, sempre considerei, porque é um imposto que tira mais de quem movimenta mais.

A pessoa pobre recebe lá na conta e saca aquele dinheiro e paga um, mas a pessoa rica recebe muito mais, movimenta muito mais e vai pagar um sobre cada movimentação e sobre o montante, então obviamente que paga mais imposto quem ganha mais e quem movimenta mais dinheiro. É um imposto sobre movimentação financeira, então eu achei muito interessante o formato que foi feito o Fundo Social. E aí começou uma grande discussão no Palácio do Planalto sobre a liderança do professor Vilmar Faria da Universidade de Campinas e com a professora Maria Helena Guimarães, professora Gilda Portugal Gouveia e a professora Rute Cardoso de como e onde investir este dinheiro.

A Rute e o Vilmar lembraram então do primeiro encontro sobre Programa de Transferência de Renda, que ocorreu na UNB em que participou o Eduardo Suplicy, o Cristóvão Buarque, o Magalhães Teixeira prefeito de Campinas e o próprio Vilmar Faria.

**Entrevistadora:** Você lembra em que ano se deu este primeiro encontro?

**Entrevistado:** Em 95, de 94 para 95, mas o Suplicy sabe quando foi isto, 94 para 95 eu não estava, eu não estava nesta, eu estava em outra.

Nesta reunião o Cristóvão propôs a criação de um Programa chamado Bolsa Escola, em que ele daria um dinheiro para as mães que mantivessem seus filhos matriculados regularmente na escola.

O Grama propôs um programa chamado Renda Mínima, em que ele daria uma renda às famílias vinculando esta renda à participação das famílias em reuniões de desenvolvimento social local. Estas famílias teriam a obrigação de participar de reuniões pra discutir o seu desenvolvimento e da sua região, e precisariam cumprir determinadas metas, como manter a criança na escola e ele foi a mais, ele foi além que era a criança frequentar os postos de Saúde com controle do peso nutricional e a carteira de vacinação e o Suplicy propôs, ele achava que isto era muito complexo, que não tinha forma de controlar e propôs algo com uma renda básica de cidadania, dizendo que o melhor era dar o dinheiro pra todo mundo, óbvio que cem reais pra mim não faz diferença, mas cem reais pro pobre vai fazer diferença então a gente dá cem reais pra todo mundo.

O Cristóvão se elegeu governador em 95 e o Grama era prefeito em 95, o Grama fez o Renda Mínima em Campinas, a Ana Fonseca participou, acho que a Ana já era do PT inclusive, mas participou da implantação do Renda Mínima, porque era todo o grupo da UNICAMP que preparou isto.

O Renda Mínima teve um impacto violentíssimo na cidade de Campinas nas regiões mais pobres, com a participação ativa das mães que foram empoderadas, as mulheres se tornaram líderes neste processo, passaram a ser protagonistas dentro de casa.

Tem relatos assim incríveis de mulheres que eram totalmente submissas e totalmente dependentes de seus maridos e de repente viram o jogo. O marido passa a ser dependente dela não só pela renda que ela recebia do programa, mas porque ela começa a dar as cartas dentro de casa e aí tem experiências que você vai precisar procurar porque são incríveis, tem desde relatos em teses de mestrado e doutorado de mulheres, por exemplo, em alguns casos foi identificado nestes grupos familiares o aumento da separação, ou seja, as mulheres mandaram os maridos passear, e é incrível porque você fala: como um programa social empoderou de tal sorte que a mulher falou: Meu amigo; fora, rua, rua que eu não quero mais você.

Em 95 veio este primeiro conceito de que pra empoderar as mulheres que eram o empoderamento da mulher não vem de uma visão, “feminista” falando com uma especialista, mas de uma visão feminista, ela vem de uma visão racional também pelo seguinte, quem cuida da família, você vai lá dentro e olha, não estou dizendo do modelo ideal, estou falando do modelo real, você entra na casa da pessoa e quem cuida da é a mulher. Só que quem dá todas as cartas, quem tem o dinheiro, quem fala à hora que chega, a hora que sai é o marido.

Aí você entra na casa quem está na casa cuidando da família é a mulher, aí você olha não tem marido, então a mulher na política social a partir de 95 ela passa a ser vista como chave pro processo de desenvolvimento social e humano destas famílias, ou seja, a mulher não está lá neste papel só porque é legal empoderar a mulher, a mulher está lá neste papel porque ela é a única que tem condições naquele momento de cumprir este papel, porque ela é a única que está lá junto com seus filhos, juntos aos seus parentes, etc.

Neste momento eu acho que o estado brasileiro, a União, Municípios começam a perceber que é preciso dar a ela condição de ser protagonista do processo de desenvolvimento social, em que pese que isto ser uma responsabilidade adicional, tudo isso que a gente já sabe, mas na verdade acho que os governos consideraram isto uma somatória já que ela é assim, já que ela faz assim, então põe isso nela porque ela vai saber lidar com isso e eu acho que foi muito exitoso, muito. Eu vejo isso pela titulação de terras, pela reforma agrária, vejo isto pelos títulos de propriedade nas reformas urbanas, na regularização fundiária, a mulher passou a ter um outro papel como liderança comunitária.

Em Campinas outro dado também que foi muito estudado além das mulheres se separarem a partir do programa, também aconteceu muito de mulheres que passaram de uma hora pra outra a se tornar grandes lideranças locais e comunitárias, porque elas passaram a chamar a vizinhança, a fazer reuniões, elas foram treinadas dentro destes programas.

A experiência de Campinas na minha opinião no nível municipal foi a mais exitosa de todas que eu conheço. Vale um estudo especial entre 95 e 96 não, 95 era metade 96 foi à eleição, então foi 94 e 96, não 92,96. Foi o Gramma, né?

**Entrevistadora:** Isto.

**Entrevistado:** Em Brasília o Cristóvão fez um negócio completamente diferente, vale um estudo também. O Cristóvão criou o Bolsa Escola que vinculava os recursos às famílias carentes que mantivessem seus filhos na escola. Qual o problema do Cristóvão? Alguma falta de vaga. Porque o programa poderia dar certo em Brasília? Porque Brasília de todos os municípios brasileiros, todos, era o que menos tinha déficit de vaga, era o que mais tinha vaga pra educação fundamental, o resto do Brasil não conseguiria.

Se a gente tivesse feito o Bolsa Escola na época de 95 não teria dado certo porque não tinha vaga, você estaria estimulando uma demanda sem apresentar a oferta. Mas em Brasília deu pra fazer, depois ele fez ainda um outro programa sensacional que eu tenho mais admiração ainda que é o Poupança Escola, esse é mais legal ainda, porque é um dinheiro que o governo deposita um dinheiro todos mês para o aluno que está estudando com frequência, com regularidade e desempenho, tem que ter nota boa, e no final do curso do ensino médio ele saca a poupança que ficou acumulada para o primeiro emprego, para comprar coisas que ele queira uma roupa melhor pra procurar um emprego melhor, pra fazer um curso técnico, pra fazer um curso de inglês, sei lá, é uma cenourinha que põe lá na frente e fala: vai bem que você vai ganhar que no fundo, vamos combinar o seguinte, vamos combinar uma coisa que não pode ser acadêmica, mas é uma coisa do mundo real, nada mais é do que a classe média faz com os seus filhos.

Sabe aquela história de: filho entra na faculdade que eu te dou um carro.

Entre os mais pobres isto não existe. Entra na faculdade que eu não vou te dar nada, você entra na faculdade é um presente que você está ganhando e eu também. Então quem é que dá? O governo. Entra na faculdade que eu te dou uma poupança, que eu te dou dinheiro pra você quatro anos, entra na faculdade que eu libero esta poupança pra você.

Então nada mais é do que uma lógica que também tem a ver com a lógica do “dinheiro” que estimula esta coisa de manter um desempenho, de manter um desempenho educacional de formação, é um estímulo.

Tanto é verdade até para os mais comunistas que o dinheiro é um estímulo, que as bolsas elas exercem este papel até hoje, de alguma forma elas estimulam você a fazer alguma outra coisa pelo dinheiro que você recebe.

**Entrevistado:** Não tem uma bolsa hoje no Brasil que não que não tenha condicionalidade, todas tem. Pode ser maior ou menor todas tem uma condicionalidade, a não ser as aposentadorias, a UBPC aí não, aí é outra coisa um benefício para os idosos, os deficientes não tem contrapartida para dar por causa do UBPC, que aliás também é criado neste período, é muito vasto esta história.

Depois da LOAS, em 95,96 o Fernando Henrique criou o UBPC, que é o Benefício de Prestação Continuada que era pra quem não tinha aposentadoria, para quem era deficiente e pros idosos que não acumularam para a aposentadoria do INSS, e obviamente todos que vivem numa situação de miséria, de carência.



Bom, voltando pra educação, 97 o Paulo Renato cria o Programa Nacional de Renda Mínima, comandado pela professora Sonia Moreira do Rio de Janeiro. A Sonia Moreira faz um programa em 147 municípios, que são os municípios, que eram os municípios mais pobres do Brasil pelo IDH, distribuindo renda fundo a fundo via prefeituras, pra que as prefeituras pudessem distribuir pras as mães uma renda mensal que mantivessem seus filhos estudando na escola. Foi um programa muito pequeno.

**Entrevistadora:** Sai de qual fundo?

**Entrevistado:** Do ME, Fundo Nacional de Educação mesmo, mas era tipo 150 milhões, devia tender, eu vou te falar quanto atendia, atendia umas cem mil famílias pobres com renda de até um quarto do salário mínimo per capita.

Em 2000 aparece este dinheiro em 2000 a gente tinha concluído a universalização do ensino fundamental. Dois programas tiveram muito êxito nisto que era o Desperta Brasil tá na hora da Escola e programa Brasil toda criança na Escola que eram programas complementares que estimulavam a sociedade, pais, mães, as escolas, professores, diretores e os prefeitos a lutarem todos de forma convergente pela educação.

Qual era o maior desafio do Brasil em 99, 2000? Frequência, manter as crianças dentro da escola. As crianças iam pra escola, a merenda era um ponto importante na questão nutricional, mas no período de matrícula muitos saíam da escola, tinha um programa de desempenho escolar, a tal da progressão continuada, como trabalhar com estes conceitos da educação em relação à permanência da criança na escola. Quando surge o Fundo Social de Solidariedade, Fundo Social de emergência o Fernando Henrique chama os dois principais ministros dele, o Ministro da Saúde que era o Serra e o ministro da Educação que era o Paulo Renato, dois tucanos, porque o PSDB nunca abriu mão nos oito anos do governo Fernando Henrique de ter a educação sob o absoluto comando do partido ou da filosofia do partido com o Paulo Renato à frente, oito anos na Educação, e na Saúde em que pese tiveram alguns ministros de passagem, como o Adib Jatene que não tinham partido, mas a Saúde tinha toda a sua estrutura naquele momento também comandada por pessoas ligadas ao PSDB, porque eram as duas áreas estratégicas do governo, Saúde e Educação.

E aí como os dois eram duas figuras chaves, e aí detalhes que talvez não importe, mas importa, no mundo real importa, eram dois amigos do presidente e eram dois potenciais candidatos à sucessão, então isso importa, porque é mundo real.

Então o que ele faz? Pega quatro milhões dá dois pra o Serra naquela época e dois para o Paulo Renato e pede para eles apresentarem projetos. O Serra apresenta dois projetos onde ele iria gastar 800 milhões de reais, num programa chamado Bolsa Alimentação pra crianças de zero a seis anos, pra assegurar através dessa bolsa repassada mês a mês pras famílias com renda de até um quarto do salário mínimo per capita de todo o Brasil, programa universal com um dinheiro pra elas manterem a criança sob vigilância do peso e da carteira de vacinação.

O Bolsa Alimentação era para manter a segurança nutricional e vacuna, vacina de 0 a 6.

O Paulo Renato apresenta um programa complementar de 6 a 15, 6 a 15 vinculado a frequência e ao desempenho escolar que é o Bolsa Escola, de tal sorte que a gente atendesse as famílias de 0 a 15 anos, com dois programas

de transferência de renda que se somados considerando que cada um dava 15 reais por criança até três crianças, portanto não eram programas que estimulavam a natalidade como a oposição dizia, porque eram só até três crianças, se fossem quatro, cinco, seis, mas eram só até três crianças, era o limite do programa então não estimulava a natalidade e era 15,00 reais, podendo chegar então a 45 no Bolsa Escola na época e 45 no Bolsa Alimentação na época também, podendo chegar até então a \$90,00 reais.

Em valores de hoje parece muito pouco porque o Bolsa Família hoje chega a duzentos e setenta, mas na época era um dinheiro, em se tratando de familiares de extrema pobreza.

E como distribuir este dinheiro? O Márcio, o PB, o Ricardo Paes de Barros dizia que o melhor era distribuir este dinheiro jogando de helicóptero, porque as pessoas iriam pegar este dinheiro melhor do que se fizesse qualquer parte burocrática, porque o dinheiro sumia, na burocracia e nos repasses.

Mas nós chamamos a Caixa Econômica Federal e baseado no sistema financeiro brasileiro que era o mais sofisticado do mundo e baseado na Caixa Econômica Federal que tinha o maior sistema capilar de redes de lotéricas que poderiam fazer pagamentos, nós criamos o cartão do Bolsa Escola, que foi o primeiro cartão magnético em nome das mães sempre e só na ausência das mães poderia ser em nome de um outro, pai, por exemplo, sempre em nome da mãe das crianças, um cartão que chegava para mãe seja na Prefeitura, seja na casa dela quando ela tinha endereço e a mãe sacava o dinheiro todo o mês sem nenhum intermediário do Tesouro Nacional pra mão da mãe.

Ela sacava de uma conta diretamente do Tesouro, através de uma rede lotérica que eram seis mil agências loterias na época em 5.567 municípios, 5561 municípios, e nas agências da Caixa.

Bom o que aconteceu em dois anos, 2000 a 2002 foi uma das coisas mais surpreendentes que eu pude acompanhar no Brasil recente. As economias locais mudaram completamente o perfil, pequenos negócios foram surgindo nas cidades mais pobres do país, hortifrúteis, pequenas papelarias, pequenos comércios de roupas, farmácias, começou a pipocar pequenas farmácias, comércio local das cidades irrigado por dois bilhões de reais na veia destas famílias que obviamente consumiam produtos primários.

Fizemos uma pesquisa com estas famílias, o que elas consumiam? Primeiro alimentação, segundo roupa, roupa, tênis, camiseta, pros filhos e terceiro material escolar, lápis, cadernos, famílias que nunca tiveram, crianças que nunca tiveram calçados, não tinham calçados pra ir pra escola, passaram a ter um calçado a partir do recurso fundo a fundo.

Obviamente que estas famílias consumiam aonde? No comércio do bairro, no comércio local, então isso dá uma dinamização do comércio local impressionante, tanto é que o professor Augusto de Franco e a professora Rute Cardoso na mesma época, simultaneamente criam o conceito de Delis que era o Desenvolvimento Local e Sustentado vão a Pesqueira em Pernambuco e a Piranhas em Alagoas e começam a testar o impacto do Bolsa Escola e do Bolsa Alimentação nesse universo de desenvolvimento sócio econômico e aí começam a capacitar famílias não só para gastar o dinheiro do Bolsa, mas também para investir o dinheiro do Bolsa Escola em geração de renda, fazer com que o dinheiro, como se fosse um microcrédito também, que pudesse alavancar pequenos negócios artesanais, que foi o que aconteceu em Piranhas, foi o que aconteceu em Pesqueira com

artesanato de roupas, artesanato de barro, enfim, que passou a gerar renda dentro de um outro conceito que foi o artesanato solidário, o Artesol aí dentro de uma outra rede, que era a rede de comunidade solidária.

Então os programas começaram a se integrar ao mesmo tempo que a Vanda Enghel que era Secretária Nacional de Assistência Social, ela cria um projeto chamado Projeto Alvorada. O Projeto Alvorada que você vai achar também nos sites, nada mais é do que na minha opinião técnica e não política, como a semente do Brasil Sem Miséria, por quê? Isso quase dez anos antes nós estamos falando do Brasil Sem Miséria. Por quê? Porque o Projeto Alvorada já falava em cisternas. Porque o Projeto Alvorada já falava em geração de renda. Porque o Projeto Alvorada já falava em cisternas. Porque o Projeto Alvorada já falava em geração de renda. Porque o Projeto Alvorada já falava das políticas de integração das políticas de educação, de economia solidária, tanto que o Projeto Alvorada já tinha um projeto de economia solidária. Porque o Projeto Alvorada empoderava as mulheres também, porque o Projeto Alvorada tinha bolsa pra juventude que era o Ação Jovem, Agente Jovem que nada mais era do que contratar jovens da comunidade pra algum tipo de trabalho social e comunitário de acompanhamento, de orientação de empoderamento. Os jovens foram empoderados naquele momentos nestes municípios pra se tornarem lideranças comunitárias pra ajudarem o Estado na tarefa de transformação social, até como mediadores de conflito eles serviram num determinado momento.

Agora porque é que eu falo que seria uma semente? Porque obviamente se comprado com o que aconteceu depois no governo Lula e no governo Dilma era muito pequeno, era uma outra fase do Brasil, tinha menos recurso, os projetos eram piloto. Por isso que eu acho que de alguma forma não dá pra imaginar que um ou outro governo fez algo determinante senão a continuação de uma historia social, quer dizer o Brasil vem evoluindo nos últimos vinte anos, teve aceleração uma evolução do desenvolvimento social num determinado período entre 2003, 2010 porque houve também uma aceleração econômica então uma coisa somada à outra fez com que a aceleração fosse maior, não se faz politica social sem dinheiro, impossível. Por mais boa vontade que você queira, por mais voluntário solidário que você queira ser, se não tiver recurso para tirar as pessoas da pobreza, não tira.

Mas eu acho que as sementes foram plantadas, por isso não dá pra dizer, nós e eles, há um conjunto.

Se pegar hoje o Brasil sem Miséria e pegar o Projeto Alvorada e comparar as bases do dois, filosóficas, programáticas, são muito parecidas e quando termina dois anos depois o governo Fernando Henrique e o programa que eu comandava o Programa Bolsa Escola então é passado para o governo Lula na época o Cristóvão Buarque que era o Ministro da Educação, a campanha do Lula tinha inventado um negócio chamado Fome Zero e que no Brasil em que pese tudo já ter melhorado do ponto de vista em relação à pobreza, ainda tinha um núcleo no Brasil de pessoas que passavam fome.

Não era um problema nacional, o problema nacional não era a fome, mas tinham pessoas passando fome. O Fome Zero eu acho que veio muito mais como um grande slogan de desenvolvimento, do que de fato um programa focado, porque ele era maior até do que combater a fome.

Quando veio o governo da transição, quero destacar também que o Fernando Henrique fez uma transição impecável, uma coisa britânica de transição de governo, eu nunca vi nada igual. Ele determinou que todos os ministros, todos os secretários que todo mundo se colocasse a disposição do novo governo e mais nomeou no

governo Fernando Henrique os principais assessores do Lula para fazer a transição, criou um conjunto de cargos de cargos para nomear os agentes do novo governo, então, por exemplo, Zé Graziano vários foram nomeados no governo Fernando Henrique para fazer a transição.

E vem a história do Fome Zero e faz reunião, participou a Ana Fonseca tinham outros que agora não vou me lembrar com o José Graziano, e Fome Zero, Fome Zero e vamos fazer um ticket, um bônus, um valched, e eu olhando aquilo e pensando: o pessoal está totalmente fora da realidade, não tem ideia do que eles estão falando. Vocês fizeram um cadastro político com os prefeitos, porque quem fez o cadastro do Bolsa Escola foram às prefeituras com seus serviços sociais com um, tendo criado, a gente criou um conselho de controle social local paritário, que era obrigatório pra ingressar no programa e pra fazer um cadastro, que era um membro da prefeitura, um membro da câmara municipal e um membro da sociedade então tinha uma distribuição minimamente de controle, de controle social.

E aí veio a proposta de que eles iriam contratar o IBGE para fazer um cadastro de pobres e eu falei: vocês estão malucos, ninguém vai conseguir pagar um cadastro do IBGE. Eu também queria ter contratado um cadastro do IBGE para fazer o Bolsa Escola, só que custava trinta e cinco reais e eu pagava pra prefeitura fazer o cadastro na época três e cinquenta.

Depois o governo federal e pagava sete para fazer o CADE, o cadastro único já no governo Lula. Como iria pagar trinta e cinco reais por família pobre pra cadastrar onze milhões de famílias? Era inviável, e foi muito boa esta transição, porque a ficha deles do discurso da campanha para o início do governo Lula foi caindo, eles foram percebendo que a realidade não era exatamente aquela que foi projetada na UNICAMP sei lá por quem, entendeu?

E aí eles no final da história que era o início da história do Lula, no final desta história da transição, eles chegaram à conclusão que a melhor coisa que eles podiam fazer era unificar os programas sociais do governo Fernando Henrique e aí já não tinham só os dois, nesta época nos já tínhamos mais dois programas que foram criados no final de 2000 pro início de 2001 que foram criados pra coisas específicas, um era o Bolsa Seca que era um programa que foi criado pelo Raul Jungmann, Ministro do Desenvolvimento Agrário que foi criado pra subsidiar famílias no período da seca extrema no nordeste, norte nordeste, então dava um renda de até quarenta e cinco reais por família pra se manter minimamente em períodos em que não tinham o que fazer no período de seca. E foi estendido também a pequenos outros programas, por exemplo, a questão da piracema, da pesca também precisava dar uma bolsa pro pescador não pescar durante o período da reprodução dos peixes, também se usou uma espécie de bolsa, ou seja, o conceito de bolsa como estratégia começou a ser disseminado no governo, todo mundo queria ter a sua bolsa e isso era muito legal, porque sempre tinha um objetivo direto e sempre voltado pras pessoas de vulnerabilidade ou de extrema pobreza ou pobre.

O pescador não pode pescar durante três meses, então tem que dar um dinheiro pra ele, senão ele vai pescar então Bolsa Pesca e o que aconteceu? Nessa digamos obsessão por acabar com os esqueletos que existiam no governo federal, um dos esqueletos eram chamados de financiamento cruzado, que entre os impostos que recaiam sobre a gasolina e a venda de derivados de petróleo e o subsídio para o gás. O gás de cozinha no Brasil era subsidiado pelo governo pra ricos e pobres por conta deste imposto que existia sobre combustíveis.

O governo Fernando Henrique decidi acabar com este imposto sobre combustíveis e, porque onerava o Tesouro, portanto acabam impactando a Saúde e Educação que tinham recursos vinculados, a Educação tinha a Saúde ainda não tinha não nesta época já tinha a emenda 29, e todo o tipo de subsidio tira dinheiro da Educação e da Saúde por uma questão orçamentária, não existe subsidio que não tire dinheiro da Educação e da Saúde, todo subsidio tira, e pra nós a Educação e a Saúde é o centro do desenvolvimento social, todo o resto é auxiliar, mas é saúde e educação, educação e saúde. Vem na historia do subsidio, ao tirar acabou prejudicando os mais pobres porque o preço do gás iria subir então se criou o tal do Auxilio Gás, a Bolsa Gás que nada mais era do que pegar estas famílias cadastradas no Bolsa Escola ou no Bolsa Alimentação ou no Bolsa Seca, ou no Bolsa isso, Bolsa aquilo e dar a elas no mesmo cartão um benefício a mais, então você veja, vai somando de quinze reais que era o benefício fruto do subsidio do gás para que ela pudesse comprar o gás no mesmo valor que ela comprava antes do final do subsidio.

Duas coisas, primeiro você deixa de subsidiar os ricos, isto é outro problema no Brasil, a grande de maioria no subsídios no Brasil, também subsidiam quem não precisa ser subsidiado. Os subsídios no Brasil também é uma forma injusta de prejudicar os mais pobres favorecendo os mais ricos, é o Robin Hood às avessas, subsidio é Robin Hood às avessas. Então ao acabar com o subsidio, nos voltamos a fazer justiça social que é o seguinte: quem é pobre a gente subsidia quem é rico não.

O Jose Graziano sai convencido da ultima reunião de que é preciso unificar os cadastros dos diversos programas sociais e unificar os programas.

Eu sentei com ele e uma japonesa que eu não lembro o nome que trabalhava com ele e disse o seguinte: unifica tudo em torno do Bolsa Escola por duas razões: porque o Bolsa Escola e o maior de todos os programas tem cinco milhões e duzentas mil famílias são dez milhões e setecentas mil crianças neste momento em dezembro de 2002 e porque fica o vinculo imaginário, conceitual com a educação.

Mas o José Graziano não era um homem da educação, o José Graziano era um homem da alimentação e a principal preocupação dele era a nutrição e ele ainda me disse o seguinte, nos vamos ter um problema político, porque o Bolsa Escola está com o Cristóvão, o Bolsa Escola e o Lula quer um programa maior.

Em janeiro de 2003 eu sou chamado para uma reunião em Brasília a convite pra discutir a unificação dos cadastros com a Ana Fonseca, o José Graziano e outros, o Marcelo que comandava o Bolsa Escola e aí eu fico sabendo que o governo vai criar, quer criar, agora não sei se foi em janeiro, talvez em fevereiro de 2003, o governo vai criar um programa chamado agora precisa ver quando exatamente foi às datas precisam ser mais precisas, o governo vai criar m governo chamado Bolsa Família, que é a unificação de todos os programas sociais do governo Fernando Henrique e que vai aportar mais recursos na medida do possível e ampliar o numero de famílias.

E nesse momento, e é uma coisa que eu nunca mais vou esquecer, porque que eu acho que é o grande divisor de águas intelectual entre PT e PSDB. Nesse momento eu ainda tentando argumentar sobre a questão da educação como a bússola, a chave, até pras mães mais carentes entender que o negócio é a educação, e o Zé Graziano vira e diz: pro Lula o importante é transferir a renda, é transferir renda.

O Lula quer fazer justiça social através da distribuição de renda. Eu ainda brinquei: o Lula é o neo-Robin Hood quer tirar dos ricos e dar pros pobres.

Porque eu acho que este é o grande divisor de águas? Porque é o que aconteceu. De alguma forma o que para nós o centro era a educação e a renda era um estímulo nos anos seguintes no governo Lula o que se provou era que o centro era a transferência de renda e o resto era o estímulo. É a minha opinião, eu acho que tirou o foco necessário para a superação da pobreza que era a educação.

Qual a consequência disto hoje na minha opinião? A gente fez uma série de pesquisas de usuários no CADE único federal, que é este cadastro do final da história e a gente descobriu famílias que estão no Bolsa Família há dez anos, dez anos. É quase um servidor público, mais vinte ele pode se aposentar com regime jurídico único.

A família passa a ser quase que uma servidora pública, ela tem uma mensalidade, as contrapartidas evidentemente não foram suficientes para tirá-la de uma situação de pobreza, se tivesse tirado ela teria saído do programa.

A única vez que eu discuti com o Patrus sobre porta de saída e ele levou para o campo digamos mais religioso e ele disse que ninguém oferece porta de saída para ninguém, e que a saída seria algo natural, não se realizou, não se realizou, ao contrário ao meu ver hoje na minha opinião há uma grande dependência destas famílias em relação aos programas de transferência de renda, seja porque a família se acomoda de alguma e por mais que a gente fique triste, todos nós, todos nós que militamos nesse campo do PT, PSDB de dizer que as famílias se acomodam num programa de transferência, porque nós criamos programas de transferência, e porque nós acreditávamos que o programa de transferência era de fato a ferramenta essencial para sair da pobreza e hoje os programas de transferência se mostram cada vez mais auxiliares, menos centrais.

O centro hoje na minha opinião são as políticas habitacionais, são as políticas de saneamento, são as políticas educacionais, são as políticas de segurança alimentar e de saúde, são as políticas de geração de renda, não é mais a transferência de renda, a transferência de renda foi incorporada, incorporou.

O sujeito recebe lá, tem famílias que recebem até um mil e duzentos reais de transferência de renda entre programas federal, estadual e municipal. Esta família não vai conseguir necessariamente um emprego que de a mesma quantidade de recurso pra ela, ela não vai procurar, então alguma acomodação acabou acontecendo.

Eu acho que é isto, e aí tem várias outras nuances mais eu acho que é isto.

**Entrevistadora:** Eu queria perguntar, você foi de fato um dos principais gestores.

**Entrevistado:** Do Bolsa Escola o principal Gestor.

**Entrevistadora:** O principal gestor do programa Bolsa Escola acompanhou o processo não só de formulação de políticas e criar fazer algumas questões a partir dito. Então assim, você já deu os números assim em relação ao que era o atendimento inicial de cem mil famílias, dos programas anteriores existentes praquilo que passou a ser.

**Entrevistado:** O Bolsa Escola chegou em cinco milhões e duzentas depois o Lula dobrou para onze milhões e pouco de famílias, o que dá mais ou menos quarenta milhões de pessoas que é mais ou menos a estimativa de extrema pobreza no Brasil, um pouco mais um pouco menos.

**Entrevistadora:** É exatamente isto.

**Entrevistado:** E dobrou o valor também, mais que dobrou o valor, ou seja, fortaleceu a transferência de renda, e esta é a grande crítica que se faz a política assistencial, porque acabou usando a transferência de renda como parte dos recursos da assistência social, então aquilo que seria o fortalecimento da política estruturante do serviço social, CRAS, CREAS, políticas de atenção à violência doméstica, sexual, criança e adolescente, idoso, acabou parte deste recurso acabou parte deste recursos fortalecido a transferência de renda, o Bolsa Família é a maior parcela de gasto do MDS.

**Entrevistadora:** Mas eu queria ainda sobre o Bolsa Escola se você pudesse me dizer primeiro, o impacto disso não só em relação à pobreza, reduzir a pobreza via um programa que era associado à permanência na escola, mas também relação ao processo de desigualdade social. Qual o impacto disto, esta é uma primeira questão.

**Entrevistado:** Não deu pra medir, não deu tempo.

**Entrevistadora:** Mas havia, havia algum tipo de

**Entrevistado:** Havia visivelmente, não, se pretendia isso. Combater a pobreza extrema num curto prazo e criar um novo ciclo de desenvolvimento familiar num segundo prazo, que seria quando o menino que estava no ensino fundamental, vou pro médio, vou pra faculdade, começa a trabalhar e faculdade seria um sonho muito distante destas famílias, até porque nestes lugares nem tinha faculdade, mas era de alguma forma a ideia de que os filhos serão melhor que os pais.

Isto e a teoria da evolução, você tem mais conhecimento que seus pais, e é isso mesmo, porque você estudou mais, basicamente porque você estudou mais, vamos combinar que é isto.

**Entrevistadora:** Agora, enfim,

**Entrevistado:** Mas não deu tempo de medir, a sensação que nos tínhamos era que havia uma evidente melhora na situação de renda da família, melhora na alimentação, é que você não lembra, mas por exemplo, foi à fase dos iogurtes, dos laticínios, o Brasil esta consumindo mais iogurte, era um pouco isto, tinha uma melhora na qualidade da alimentação nutricional, proteína, o Brasil começou a consumir mais frango, mais carne, isto entre 2000 e 2002 foi muito claro e permaneceu depois.

A família e as cidades começaram a ter consumo maior, as cidades começaram a ter um movimento econômico maior, mas dois anos não deu pra medir.

**Entrevistadora:** Agora sobre o modo de funcionamento do programa Bolsa Escola, talvez se você conseguisse me dizer um pouco em relação à estrutura mesmo de funcionamento que se dava no processo de implementação no município, compartilhamento de gestão, não compartilhamento, gestão descentralizada.

Entrevistador: Tinha um negócio muito ruim para o município e isto fez com que o Renda Mínima não funcionasse direito no governo Moreira, na primeira parte do governo que era o seguinte; todos os convênios para os Estados e Municípios obrigavam os municípios a estarem adimplentes, todo mundo que caía no tal do CADIM não podia receber recursos público.

Era uma coisa de uma imbecilidade atroz porque os programas de transferência de renda e outros fundo a fundo da educação e da saúde, nos municípios mais carentes em geral eram os que mais ficavam inadimplentes, então se criava um círculo perverso contra o mais pobre que você é menos recurso você vai receber.

A gente conseguiu reverter isto só em 2000 quando a gente conseguiu aprovar uma legislação e conseguiu convencer o governo especialmente à área econômica, de que determinados programas não deveriam entrar na lei do CADIM, então a gente tirou o FDE e tirou o Fundo da Saúde e depois nos tiramos também os programas da assistência, eles eram independentes se o município estava inadimplente ou não eles iriam receber programas de assistência e aí o Bolsa escola entrou nisto também

E aí a gente acabou com o termo jurídico contratual de conveio com os municípios, municípios não conseguiam fazer convênio porque eles não conseguiam dar contrapartida, e eles não tinham que dar contrapartida com o Bolsa Escola. Então a gente criou um novo instrumento e foi uma inovação absoluta que chamou de, não era o convênio, era a adesão, era o contrato de adesão, ele fazia uma adesão ao programa e as contrapartidas eram basicamente ações locais de fiscalização, controle e cadastro, ele não precisava entrar com dinheiro.

Então os termos de adesão, os termos de parceria, sobrepuseram os convênios, com isso a gente conseguiu liberar recursos para todos os municípios, isso foi um grande avanço no programa.

Qual era a contrapartida do município? Ele tinha que criar um conselho local de controle social, conselho local de controle social. O conselho tinha que ser paritário, ele tinha que fazer um cadastramento através do serviço social local, com endereço, nome etc. e ele tinha que dar no cadastramento o numero de identificação do aluno que era o numero cadastrado no INEP. Então ele dava o numero da escola, a escola 2420 e o numero do aluno matriculado naquela escola e com isso a gente criou o usando o que havia de mais sofisticado na tecnologia de informação, governo eletrônico, a Caixa foi à desenvolvedora disto, alias a Caixa tinha um núcleo chamado Caixa Desenvolvimento de Software e a Caixa desenvolveu um software em que nós tínhamos o cadastro do INEP, o cadastro dos municípios, os campos críticos e com isto a gente montou um grande cadastro de informação sobre famílias e o acompanhamento escolar. O acompanhamento escolar da frequência era trimestral, cada trimestre a escola tinha que informar se o aluno estava frequentando ou não. Se o aluno saía num determinado trimestre tinha a bolsa suspensa automaticamente. Ele voltava no terceiro trimestre, voltava a ter a bolsa, a suspensão da bolsa era fundamental para ele voltar a frequentar, se não suspendesse a bolsa e só ameaçasse ele não voltava, tinha que suspender, isso foi uma grande discussão também.

E o desempenho escolar era medido semestralmente, a cada seis meses a escola tinha que colocar se o aluno tinha sido, a nota e pra ficar no Bolsa Escola ele tinha que ter nota B ou A e B, ele tinha que ter uma nota digamos entre sete e dez de desempenho. Agora era precário, era uma instalação, estava instalando o programa, tinha precariedade.



**Entrevistadora:** Em cima disso queria que você me apontasse então, as políticas que você citou, que você acompanhou no programa, aquilo que faltou, por exemplo, no processo de formulação do programa, aquilo que podia ser melhorado e aquilo que você inclusive no processo de implementação no programa faltou, podia ter sido melhorado.

**Entrevistado:** Eu vou te falar é o meu estilo, eu acho que tem poucas críticas e poucas coisas que poderiam ser feitas, que não foram feitas. Agora faltou muita coisa. Mas como gestor eu acho que não existe um mundo ideal na gestão, nem de empresas e nem do governo. Existe o mundo possível, o que existe são sequencias de eventos, então por exemplo, o que faltou naquele momento, mas não poderia ter, não dava pra ter, e que teve em seguida.

Entrevistadora: Mas eu falo em relação ao próprio processo de formulação do programa, quando você pensa um programa para formular, as críticas

**Entrevistado:** Eu acho que o programa foi muito bem pensado porque ele, qual é o principal desafio de todos nós? É a integração das políticas, é criar o guarda-chuva, é fazer com que todas as políticas fluam simultaneamente, porque não adianta chegar uma e dez anos depois chegar outra, assim é melhor o povo aqui do Peri, mas habitação só vai chegar daqui a vinte anos, porra. Tem que chegar junto. Eu instalo um posto de saúde mas não tem creche, eu ponho creche, mas não tem posto de saúde, eu ponho creche e posto de saúde mas não ponho saneamento, quer dizer, fluir as políticas pro mesmo território simultaneamente pras mesmas famílias é o desafio de todo governo, todo do mundo inteiro.

Agora, o Bolsa Escola era uma parte do desenvolvimento humano ele tinha este viés da educação que na minha opinião é o pilar principal do desenvolvimento humano. Não existe desenvolvimento sem educação, não existe. Não existe país rico sem educação, não existe família rica sem educação, não tem milagre, a educação é um milagre, a formação a qualificação, a compreensão o acesso à informação, tudo isso que é educação, a interpretação, isto é educação.

O programa ele tinha fragilidades, por exemplo, faltava informação no programa, por quê? Porque nos tínhamos que capacitar os municípios, formar as pessoas pra alimentar os sistemas do programa. Era muito grande, era muito ambicioso e como tudo que é ambicioso a implantação é lenta, se você fizer rapidamente você vai se dar mal, vai ficar inconsistente.

Os municípios responderam bem porque era muito dinheiro, as famílias responderam bem, o controle social local respondeu bem. Sabe por que respondeu bem? Isso é um negócio bacana pra você escrever, porque de cada três famílias num município pobre, duas tinham o Bolsa Escola, então a que não tinham controlavam as que tinham e as que tinham sabiam quem não tinham, ou seja, o controle social se deu pela dimensão do programa, como era muito grande, não nas capitais mas nos municípios mais carentes, as próprias famílias começaram a controlar o programa. O controle social se deu pela demanda e não pela oferta, a própria demanda fiscalizava o programa, e isso é sensacional.

Quer dizer não é o fiscal do governo é o fiscal do povo, o povo fiscalizando o gasto social. Eu acho que teve uma implantação incrível do ponto de vista eletrônico de estar convergendo informação incrível, de fazer os barcos da

Caixa Econômica Federal irem pagar benefício social no alto Solimões. Porra, os caras estão pagando todo mês as famílias, famílias ribeirinhas. Tudo isso que é propaganda hoje, já vinha lá de trás, e a Caixa, banco público, não é governo A, B ou C.

Agora falhas do programa eu acho que é difícil falar em, faltavam coisas, limites, faltava um controle maior sobre a educação, acho que tinha uma fragilidade no cadastro, mas não é que comprometia o programa, não comprometia mas podia ser melhor o controle de quem eram as famílias.

Nós tivemos várias denúncias a gente criou um núcleo de corregedoria interna no programa, era uma corregedora bravíssima, iam nos municípios, nas casas das pessoas, fazia por amostragem, tinha tudo isso, mas isso poderia ser melhor e acho que o Bolsa Família incrementou tudo isso. Primeiro porque a metade da equipe do governo Lula que trabalhou na primeira ação do Bolsa Família era toda do governo Fernando Henrique. A base do funcionalismo era o mesmo, o que mudou foi à cúpula dirigente, mas a base era o mesmo, então os programas foram se desenvolvendo, tanto é que o chefe de gabinete do ministro Patrus Ananias era o Valdomiro Lopes que foi o direito do Bolsa Escola, e ele foi o chefe de gabinete do Patrus durante sei lá quatro, três anos. Então as pessoas eram as mesmas.

Acho que é isso, uma coisa que eu considero pesada, é pesaroso pra mim é ter acabado o governo Fernando Henrique em dois mil sem ter unificado os cadastros.

Mas eu vou dizer uma coisa pra você, você pode consultar na internet, em dois mil e hum, eu nunca vou me esquecer, setembro de 2001 eu ajudei a redigir um decreto, em setembro de 2001, de unificação dos cadastros federais, um decreto do presidente Fernando Henrique que determinava a unificação dos cadastros federais.

Este decreto só é concluído no final de 2003, dois anos depois, na verdade a União, o governo federal demorou dois anos pra consolidar o CADE único federal, a primeira versão do CADE único federal, hoje é muito mais sofisticado.

A primeira versão do CADE único federal se consolida em dezembro de 2003, dois anos depois, um pouco mais de dois anos depois do decreto de unificação dos cadastros.

E eu sinto muito, porque eu acho que a gente podia e devia ter unificado os cadastros antes, no nosso governo, mas nós não conseguimos, foi no governo seguinte. Mas do ponto de vista de gestor eu comemoro o que deu certo, o que se fez.

Por isso que eu fico tão bravo quando nós cuidamos de vocês, e eles, nós e eles, quando na verdade toda esta história em que pese ter um viés mais popular na questão racial, na questão da mulher, na defesa de direitos e tal, o centro da meta do desenvolvimento é muito parecido.

**Entrevistadora:** Se você puder comentar sobre isso, já é registrado historicamente a falta que o modelo de assistência social é vigente hoje em comparação com a década de vinte, década de setenta, se consolidou no governo Fernando Henrique talvez discutindo estes programas de transferência de renda, condicionado ou associado à educação e a saúde e há um reconhecimento histórico disso, que tem melhoramentos, enfim, eu queira que você comentasse um pouco sobre este processo.

**Entrevistado:** Não, eu acho que o que o governo Fernando Henrique fez foi consolidar a ideia dos programas de transferência de renda, que não é uma coisa só do Brasil, o México fez no mesmo período o Oportunidade e o Progressa, o Chile fez no mesmo período o Chile Solidário e o Puentes. A ideia de transferência é uma ideia que vai percorrendo o mundo, ela sai da UNB, mas ela ganha outras fronteiras, outras fronteiras ganham o Brasil, quer dizer o momento em que as pessoas percebem, mas o Brasil distribuiu a renda com cartão magnético. O México distribuía renda dentro de um envelope que o carro era assaltado quando chegava no bairro entende?

Quer dizer a precariedade de transferência de renda nos outros países em comparação com o Brasil que tinha um sistema financeiro extraordinário e isso é fruto da história brasileira, isso é fruto do processo inflacionário também. Senão fosse a inflação não teríamos tido os melhores sistemas bancários do mundo. O sistema bancário brasileiro era um sistema de excelência, quebrou no governo Fernando Henrique por conta do fim da inflação e do fim do ganho fácil do over night que os bancos ganharam e acho que com responsabilidade se criou também o PROER, que acabou ajudando os bancos, se todos os bancos quebrassem, quebrava o país, então os bancos tinham que quebrar sem quebrar o país. Você intervia no banco, tirava como aconteceu com o Econômico, com o Nacional, com o Bamerindus, com o Noroeste, todos os bancos que quebraram, mas sem quebrar o sistema financeiro. Grandes avanços, grandes avanços, o Brasil, teve um grande avanço no programa de transferência de renda, graças ao sistema bancário, a gente deve muito aos bancos.

Ah, mas a Caixa. Mas a Caixa que era o agente pagador, mas a Caixa não fez o sistema bancário sozinho, quer dizer, todo o sistema de meio de pagamento, eletrônicos.

O governo Fernando Henrique iniciou a consolidação de um processo de assistência social dos chamados de mínimos sociais, com a implantação da LOAS, a LOAS é de 93 no governo Itamar, assim como o ECA é do governo Collor. Mas a implantação tanto do ECA como da LOAS, se dá entre os anos de 95 e 2002. A aposentadoria rural, o BPC e é isso e depois vem o governo Lula. O que o governo Lula faz? O governo Lula dá continuidade à implantação, a continuidade sempre parece uma sensação de: Ah, então não fui eu que fiz. Não, cada um fez uma parte, cada um fez uma parte e vou te dizer, não teria uma parte dois se não tivesse a parte um.

É isso que, sabe, não dá pra aguentar este discurso, porque é o seguinte: sabe o que o Lula fez? O Lula fez o SUAS, o Fernando Henrique implantou o SUS, por que o SUS estava na Constituição de 88 e não estava implantado. Quem implantou o SUS no Brasil foi o governo Fernando Henrique, quem implantou a LOAS foi o governo Fernando Henrique. E daí?

E daí nada, daí faltava todo o resto. O governo Lula vem e implanta o SUAS, cria as normas operacionais básicas do Serviço Social, a NOB e a NH, as normas operacionais, cria o Sistema Único da Assistência Social, cria, sanciona o Estatuto do Idoso, garante direitos pra além dos direitos pecuniários para os idosos, que é a maior parte da população e que será a maior parte da população brasileira.

Então investir no idoso hoje significa investir no futuro, o nosso futuro não são mais as crianças, as crianças estão equacionadas. A gente fica creche, este pavor porque falta vaga de creche, falta mesmo, mas no futuro vai se equilibrar, porque a natalidade no Brasil, o Brasil vai ser um país velho num futuro próximo, daqui em 2020, nas

discussões das metas do milênio, 2015, 2030 já mostram que o Brasil tem que se preocupar com os idosos e não com as crianças, não é por isso que vai abandonar as crianças.

Então o governo Lula fez coisas extraordinárias do ponto de vista da consolidação e da implantação de novas políticas públicas, entendeu.

Então é muito ruim ficar comparando quem fez assim ou quem fez assim ou assado, porque na verdade é uma, são etapas do desenvolvimento humano social do Brasil. Como eu disse e repito, acho que houve uma aceleração de determinadas políticas no governo Lula, porque houve mais dinheiro, tinha mais dinheiro e assim, tinha mais dinheiro também porque do ponto de vista macroeconômico as políticas econômicas permitiram com que tivessem um avanço na produção de comodites, e estas comodites estavam super valorizadas, petróleo a 100 dólares, minério a 70 dólares, soja a 45 dólares, o café a não sei quantos dólares, enquanto que os computadores, produtos industrializados, televisão que custava 15 mil passou a custar 1.500 que todo mundo passou a ter uma televisão de LCD uma televisão de Plasma, um notebook, um Ipad, Smartfone, porque isso passou a custar sei lá, 600 reais, 400 reais enquanto que uma saca de café custava 50, 60 dólares, mas acabou, acabou porque as comodites mergulharam de novo, porque é cíclico, do Márcio Pochmann ao Bresser Pereira, passando ao Mailson da Nobrega, todo mundo vai dizer que é a economia é cíclica, que os produtos primários uma hora está aqui, outra ali, acabou.

Dinheiro fácil da nossa comodites não existe mais, como você faz hoje com o dólar a 100 você faz o presal, com o dólar a 45 fudeo o presal, como você vai fazer o presal? Não se sistema a exploração mais, não tem quem pague isso.

Então em que pese a uma grande crítica ao desenvolvimento de infra estrutura no Brasil neste período de que tinha muito dinheiro sobrando, acho que houve um investimento social muito importante no mesmo período. Eu não sou daqueles que dizem o governo Lula não fez nada. Não, o governo Lula fez. Pode não ter feito aeroporto, porto estrada, isso, aquilo, mas teve um profundo avanço em relações as políticas sociais, em relação à implantação destas políticas sociais, em relação ao financiamento destas políticas sociais, agora, acho que daqui pra frente é preciso repensar quais são os próximos passos, pra pode criar algo que seja sustentável e que realmente tire as pessoas de uma situação de pobreza.

Agora eu acho o seguinte também, nós temos que voltar a colocar na agenda do Brasil a questão da educação. Olha ela esta muito paralela, muito paralela, a ideia de Brasil uma pátria educadora é uma ideia redentora, pode ser, a ida do Renato Janine Ribeiro pode ser a redenção, pode ser. Eu digo pode ser porque se for tudo mentira não vai resolver se for tudo verdade ótimo. Se o governo realmente estiver comprometido com a pátria educadora, eu acho que pode ser uma redenção pra todos nós.

Agora se a gente falhar mais uma vez, mais quatro anos em relação à educação, realmente o Brasil vai pagando um preço cada vez mais alto, porque o desenvolvimento econômico social só vem com a educação, eu não acredito em outro caminho, não acredito. E olha eu acho que temos várias provas disso, mas acho que você é uma prova viva disto, de onde você saiu, pra onde você está indo, da sua formação, da sua capacidade intelectual, ela permite você fazer a autocrítica que é a coisa mais difícil do mundo, a auto crítica real, repensar será estou indo pro caminho certo, será que é isso, que é aquilo, há mundo fora das minhas fronteiras? Será que

nem todos são monstros ou se todos são monstros. Eu acho que isso é uma coisa incrível, e só quem tem uma formação intelectual pode chegar nisso.

Dizem os filósofos, inclusive Santo Agostinho que era um grande filósofo do cristianismo que o apse da intelectualidade é quando você descobre aquilo, sei que nada sei, quer dizer quanto mais eu aprendo mais eu vejo o quanto eu sou ignorante e quanto menos e quanto mais ignorante você é mais você acha que sabe tudo sobre tudo e sobre todos os assuntos.

É isso, viver é aprender o tempo todo.

Entrevistadora: Eu queria agradecer então, muito obrigada pela entrevista e

Entrevistador: Vamos nos falando, tem muita coisa pra pesquisar na internet, tem muita coisa sobre o Bolsa Escola, tem os programas de renda mínima nos municípios que o Pochmann criou no governo da Marta que era um programa complementar.